



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Secretaria de Defesa Agropecuária
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial
Laboratório Nacional Agropecuário em Campinas/SP



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Campinas/SP
2011



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Secretaria de Defesa Agropecuária
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial
Laboratório Nacional Agropecuário em Campinas/SP



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010, apresentado aos órgãos de controle interno e externo, como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal. Foi elaborada de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº. 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº. 107/2010, Portaria TCU nº. 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno, pela Portaria nº. 2546, publicada no D.O.U., em 28 de dezembro de 2010 e Norma de Execução nº. 03, de 27 de dezembro de 2010.

Campinas, SP, 31/03/2011

INDICE

LISTA DE QUADROS	6
LISTA DE FIGURAS	8
SUMÁRIO	9
INTRODUÇÃO	12
APÊNDICE	58
ANEXO.....	67

Lista de Abreviaturas e Siglas

A3P	- Agenda Ambiental na Administração Pública
APHIS	- Animal and Plant Health Inspection Service
ANFAL	- Associação Nacional dos Fabricantes de Alimentos Para Animais
CCRC	- Coordenação de Controle de Resíduos e Contaminantes
CGAL	- Coordenação Geral de Apoio Laboratorial
CG-MS/MS	- Cromatografia a gás acoplada à espectrometria de massas
CGPLAN	- Coordenação Geral de Planejamento e Modernização da Gestão
CGU	- Coordenadoria Geral da União
CNAE	- Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPq	- Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento
CONAMA	- Conselho Nacional do Meio Ambiente
CQT	- Coordenação de Qualidade Total
DIPOV	- Departamento de Inspeção de Produtos Vegetais
DES	- Dietilestilbestrol
DFIP	- Departamento de Fiscalização de Insumos Agropecuários
DOU	- Diário Oficial da União
DN	- Decisão Normativa
EUA	- Estados Unidos da América
IBAMA	- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICP-MS	- Inductively coupled plasma mass spectroscopy
IN	- Instrução Normativa
INMETRO	- Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
LOA	- Lei Orçamentária Anual
MAPA	- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
NBR	- Norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas
IT	- Instrução de Trabalho
ISO	- International Standards Organization
IEC	- International Electrotechnical Commission
MI	- Memorando Interno
ABNT NBR ISO/IEC 17025	- Norma Brasileira Associação Brasileira de Normas Técnicas ISO/IEC 17025
NB3	- Nível 3 de Biossegurança
NVLS/USDA	- Sigla em Inglês do Serviço Veterinário Nacional do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos da América
OCI	- Órgão de Controle Interno
OIE	- Organização Mundial de Saúde Animal
PCB	- Bifenilos policlorados
PCR	- Polimerase polymerase chain reaction - reação em cadeia pela polimerase

PI	- Programa intra-setorial do MAPA
PLOA	- Proposta de Lei Orçamentária Anual
PNCRC	- Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes
PPA	- Plano Plurianual do Governo
PRP	- Programa de Redução de Patógenos em aves
SDA	- Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA
SEDESA	- Serviço de Defesa Sanitária Agropecuária do MAPA
SEFAG	- Serviço de Fiscalização Agropecuária do MAPA
SEFIP	- Secretaria de Fiscalização de Insumos Pecuários do MAPA
SIF	- Serviço de Inspeção Federal
SIAFI	- Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIORG	- Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPAG	- Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários do MAPA
SIPLAN	- Sistema de Planejamento e execução orçamentária
SIPOA	- Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal do SEDESA
SIPOV	- Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal do SEDESA
SLAV-PR	- Serviço Laboratorial Avançado de Curitiba-PR
SVA	- Serviço de Vigilância Agropecuária do MAPA
SPEO	- Serviço de Programação e Execução Orçamentária – DAD/Lanagro-SP
SSA	- Serviço de Saúde Animal
SSO	- Serviço de Suporte Operacional da CGAL
TCU	- Tribunal de Contas da União
Programa Twinning	- Programa de cooperação técnica com Laboratório de Referência da OIE
TI	- Tecnologia da Informação
UJ	- Unidade Jurisdicionada
VIGIAGRO	- Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional do MAPA

Lista de Quadros

QUADRO A.1.1 – DADOS IDENTIFICADORES DO LANAGRO-SP	13
QUADRO A.2.1 – DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DO GOVERNO	19
QUADRO A.2.2 – EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELO LANAGRO-SP	20
QUADRO A.2.3 – IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	24
QUADRO A.2.4 – PROGRAMAÇÃO DAS DESPESAS CORRENTES (NÃO SE APLICA A ESTA UJ)	24
QUADRO A.2.5 – QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DAS DESPESAS DE CAPITAL (NÃO SE APLICA A ESTA UJ).....	24
QUADRO A.2.6 – RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DAS DESPESAS E RESERVA DE CONTINGÊNCIA (NÃO SE APLICA A ESTA UJ).....	24
QUADRO A.2.7 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA	26
QUADRO A.2.8 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ (NÃO SE APLICA A ESTA UJ)	27
QUADRO A.2.9 – DESPESAS CORRENTES POR GRUPO DE DESPESA E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ (NÃO SE APLICA A ESTA UJ)	27
QUADRO A.2.10 – DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ (NÃO SE APLICA A ESTA UJ)	27
QUADRO A.2.11 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO	27
QUADRO A.2.12 – DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO	28
QUADRO A.2.13 – DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESAS DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO	29
QUADRO A.3.1 – RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA E CRÉDITOS OU RECURSOS (NÃO SE APLICA A ESTA UJ).....	39
QUADRO A.4.1 – SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	39
QUADRO A.5.1 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS– SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010	40
QUADRO A.5.2 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010.....	41
QUADRO A.5.3 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010	41
QUADRO A.5.4 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010 (NÃO SE APLICA A ESTA UJ)	41
QUADRO A.5.5 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010 (NÃO SE APLICA A ESTA UJ)	41
QUADRO A.5.6 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	41
QUADRO A.5.7 – QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2008, 2009 E 2010	42
QUADRO A.5.8 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA.....	43
QUADRO A.5.9 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	44
QUADRO A.5.10 – DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL CONTRATADO MEDIANTE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	45
QUADRO A.6.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (NÃO SE APLICA A ESTA UJ).....	46
QUADRO A.6.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS (NÃO SE APLICA A ESTA UJ)	46
QUADRO A.6.3 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTE (NÃO SE APLICA A ESTA UJ)	46
QUADRO A.6.4 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO E DE CONTRATOS DE REPASSE (NÃO SE APLICA A ESTA UJ)	46
QUADRO A.6.5 – VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS RELATIVAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE (NÃO SE APLICA A ESTA UJ)	46
QUADRO A.10.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ.....	46

QUADRO A.10.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	49
QUADRO A.11.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO	51
QUADRO A.11.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS (NÃO DIZ RESPEITO AO IMÓVEL UTILIZADO PELA UJ)	51
QUADRO A.11.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DO LANAGRO-SP.....	52
QUADRO A.12.1 – GESTÃO DE TI DO LANAGRO-SP	53
QUADRO A.13.1 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR	54
QUADRO A.13.2 – DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)	54
QUADRO A.14.1 – RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB GESTÃO DA UJ (NÃO SE APLICA A ESTA UJ)	54
QUADRO A.14.2 – RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB GESTÃO DA UJ (NÃO SE APLICA A ESTA UJ)	55
QUADRO 15.1. CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO (NÃO HOUVE DELIBERAÇÃO DO TCU EM 2010)	55
QUADRO 15.2. SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO (NÃO SE APLICA NO EXERCÍCIO)	55
QUADRO 15.3. RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI (NÃO SE APLICA NO EXERCÍCIO).....	55
QUADRO 15.4. SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO (NÃO SE APLICA NO EXERCÍCIO)	55
QUADRO B.1.1 - DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR (NÃO CONSTA NO EXERCÍCIO).....	55
QUADRO B.1.2 - DECLARAÇÃO CONTADOR COM RESSALVA.	56
DECLARAÇÃO CONSTA DO ANEXO – QUADRO II	56
QUADRO B.1.3 - DECLARAÇÃO ADVERSA DO CONTADOR (NÃO CONSTA NO EXERCÍCIO).....	56

Lista de Figuras

FIGURA A.1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO LANAGRO-SP	59
FIGURA A.2. INTERAÇÃO ENTRE AS AÇÕES DE FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE APOIO LABORATORIAL ANIMAL E VEGETAL DA REDE LANAGRO, OS SEUS PROCESSOS FINALÍSTICOS E AS AÇÕES DO PPA 2008-2011.	60
FIGURA A.3. PROCESSOS FINALÍSTICOS DO LANAGRO-SP E SEUS DESDOBRAMENTOS EM SUBPROCESSOS E ATIVIDADES.....	61
FIGURA A.4. RESUMO DA DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS PROGRAMADOS, RECEBIDOS E UTILIZADOS PELO LANAGRO - SP, POR ELEMENTO DE DESPESA.	63
FIGURA A.5. MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO – EFICÁCIA (N_uAL), EFETIVIDADE (IR E $IUOAD$) E EFICIÊNCIA (CUP E CUE).....	64
FIGURA A.6. METAS FÍSICAS PROGRAMADAS, RECEBIDAS E REALIZADAS, POR PROCESSO FINALÍSTICO, DA BASE FÍSICA CAMPINAS/ LANAGRO-SP.....	65
FONTE: LANAGRO-SP	66
FIGURA A.7. METAS FÍSICAS PROGRAMADAS, RECEBIDAS E REALIZADAS, POR PROCESSO FINALÍSTICO, DA BASE FÍSICA JUNDIAÍ, SP E SLAV-PR /LANAGRO-SP.	66

SUMÁRIO

PARTE A – CONTEÚDO GERAL, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU 107/2010, DE 27/10/2010.	13
PARTE A – CONTEÚDO GERAL, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU 107/2010.....	14
2.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DO LANAGRO-SP – (ALÍNEA “A” DO ITEM 2 DO CONTEÚDO GERAL A DO ANEXO II DA DN TCU 107/2010))	14
a. <i>Competência</i>	14
b. <i>Objetivos Estratégicos</i>	14
2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS (ALÍNEA “B” DO ITEM 2 DO CONTEÚDO GERAL A DO ANEXO II DA DN TCU 107/2010).....	16
2.2.1. <i>Análise do andamento do plano estratégico do Lanagro-SP</i>	16
2.2.2. <i>Análise do plano de ação referente ao exercício de 2010</i>	17
2.3. PROGRAMA DO GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DO LANAGRO-SP (ALÍNEA “C” DO ITEM 2 DO CONTEÚDO GERAL A DO ANEXO II DA DN TCU 107/2010)	19
2.3.1. <i>Execução do Programa de Governo sob a responsabilidade do Lanagro-SP</i>	19
2.3.2. EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELO LANAGRO-SP	20
Análise Crítica	20
Ação 2132 – Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Animal – Dados Gerais.....	21
Ação 2136 – Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Vegetal - Dados Gerais	24
2.4. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO (ALÍNEA “D” DO ITEM 2 DO CONTEÚDO GERAL A DO ANEXO II DA DN TCU 107/2010).....	24
2.4.1. <i>Programação Orçamentária das Despesas</i>	24
2.4.1.1 <i>Programação de Despesas Correntes</i>	24
2.4.1.2 <i>Programação de Despesas de capital</i>	24
2.4.1.3 <i>Quadro Resumo da programação de Despesas</i>	24
2.4.1.4 <i>Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa</i>	26
2.4.2. <i>Execução Orçamentária das Despesas</i>	27
2.4.2.1 <i>Execução Orçamentária de Créditos originários do Lanagro-SP (Não se aplica a esta UJ)</i>	27
2.4.2.1.1 Despesas por modalidade de Contratação.....	27
2.4.2.1.2 Despesas correntes por Grupo e Elemento de Despesa	27
2.4.2.1.3 Despesas correntes por Grupo de Despesa e Elemento de Despesa	27
2.4.2.2 <i>Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pelo Lanagro-SP por movimentação</i>	27
2.4.2.2.1 Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação.	27
2.4.2.2.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação.....	28
2.4.2.2.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação.....	29
2.4.3 <i>Indicadores Institucionais</i>	30
Indicador de Eficácia	30
a. Utilidade.....	30
b. Fórmula de cálculo.....	30
c. Método de medição	30
d. Fontes de Informação.....	30
e. Área Responsável pelo cálculo e/ou medição	31
f. Resultado	31
g. Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador	31
h. Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso.....	31
Indicador de Eficiência.....	32
a. Utilidade.....	32
b. Fórmula de cálculo.....	32
b.1. Custo unitário programado da Unidade de Análise Laboratorial – CUP	32
b.2. Custo unitário efetivo da Unidade de Análise Laboratorial – CUE	32
c. Método de medição	32
d. Fontes de Informação.....	32

e. Área Responsável pelo cálculo e/ou medição	32
f. Resultado	32
g. Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador	33
h. Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso.....	33
Indicador de Efetividade.....	33
a. Utilidade.....	33
b. Fórmula de cálculo.....	33
b.1. Índice de Realização da Demanda – IR.....	33
b.2. Índice de Utilização da Oferta sobre a Demanda – <i>IUOAD</i>	34
b.3. Índice de Utilização dos Recursos Recebidos no exercício de 2010– <i>UTI</i> ₁	34
b.4. Índice de Utilização dos Recursos pelas atividades executadas pelo Lanagro relativamente ao programado para 2010 – <i>UTI</i> ₂	34
c. Método de medição	34
d. Fontes de Informação.....	34
e. Área Responsável pelo cálculo	34
f. Resultado	34
g. Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador	34
h. Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso.....	39
PARTE A – CONTEÚDO GERAL, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU 107/2010, DE 27/10/2010.	39
3.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS	39
3.2 ANÁLISE CRÍTICA	39
PARTE A – CONTEÚDO GERAL, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU 107/2010, DE 27/10/2010.	39
4.1 PAGAMENTO E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	39
4.2 ANÁLISE CRÍTICA	40
PARTE A – CONTEÚDO GERAL, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU 107/2010, DE 27/10/2010.	40
5.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS	40
5.3 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS	41
5.4 QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS.....	42
5.5 CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA.....	43
5.6. INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS	46
PARTE A – CONTEÚDO GERAL, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU 107/2010, DE 27/10/2010.	46
6.1. TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS NO EXERCÍCIO	46
6.1.1 <i>Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2010</i>	46
6.1.2 <i>Quantidade de instrumentos de transferência celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios</i>	46
6.1.3 <i>Quantidade de instrumentos de transferência celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios</i>	46
6.1.4 <i>Informação sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse</i>	46
6.1.5 <i>Informações sobre a análise das prestações de contas relativas de convênios e contratos de repassse</i>	46
ANÁLISE CRÍTICA	46
PARTE A – CONTEÚDO GERAL, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU 107/2010, DE 27/10/2010.	46
7.1. ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ	46
PARTE A – CONTEÚDO GERAL, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU 107/2010, DE 27/10/2010.	49

8.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	49
PARTE A – CONTEÚDO GERAL, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU 107/2010, DE 27/10/2010.	51
9.1 GESTÃO DE BENS E IMÓVEIS DE USO ESPECIAL	51
ANÁLISE CRÍTICA	52
PARTE A – CONTEÚDO GERAL, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU 107/2010, DE 27/10/2010.	53
10.1 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)	53
PARTE A – CONTEÚDO GERAL, ITEM 13, DO ANEXO II DA DN TCU 107/2010, DE 27/10/2010.	54
11.1 DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO COORPORATIVO.....	54
PARTE A – CONTEÚDO GERAL, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU 107/2010, DE 27/10/2010.	54
11.1 RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB GESTÃO DA UJ	54
11.2 VALORES RENUNCIADOS E RESPECTIVA CONTRAPARTIDA	55
11.3 CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENÚNCIA – PESSOAS JURÍDICA E FÍSICA (NÃO SE APLICA A ESTA UJ)	55
11.4 BENEFICIÁRIOS DA CONTRAPARTIDA DA RENÚNCIA TRIBUTÁRIA – PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS (NÃO SE APLICA A ESTA UJ)	55
11.5 PROGRAMAS ORÇAMENTÁRIOS FINANCIADOS COM CONTRAPARTIDA DE RENÚNCIA DE RECEITA TRIBUTÁRIA (NÃO SE APLICA A ESTA UJ)	55
11.6 PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RENÚNCIAS DE RECEITAS (NÃO SE APLICA A ESTA UJ)	55
11.7 COMUNICAÇÃO À RFB (NÃO SE APLICA A ESTA UJ)	55
11.8 INDICADORES DE GESTÃO DA RENÚNCIA DE RECEITAS (NÃO SE APLICA A ESTA UJ)	55
11.9 DECLARAÇÃO (NÃO SE APLICA A ESTA UJ).....	55
11.10 FISCALIZAÇÕES REALIZADAS PELA RFB (NÃO SE APLICA A ESTA UJ)	55
PARTE A – CONTEÚDO GERAL, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU 107/2010, DE 27/10/2010.	55
12.1 DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO (NÃO HOUVE DELIBERAÇÃO DO TCU EM 2010)	55
12.2 DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO (NÃO HOUVE DELIBERAÇÃO DO TCU EM 2010)	55
12.3 DELIBERAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO (NÃO SE APLICA NO EXERCÍCIO)	55
12.4 RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO NO FINAL DO EXERCÍCIO (NÃO SE APLICA NO EXERCÍCIO).....	55
PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU 107/2010, DE 27/10/2010 - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO.....	55
13.1 DECLARAÇÃO PLENA, COM RESSALVA OU ADVERSA.	55
PARTE C . CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS (CONFORME ITEM 1 DO CONTEÚDO GERAL B DO ANEXO II DA DN TCU 107/2010) – NÃO SE APLICAM A ESTA UJ.....	56

INTRODUÇÃO

O Laboratório Nacional Agropecuário Campinas (Lanagro-SP) é uma unidade descentralizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) pertencente à Rede Nacional de Laboratórios subordinada à Coordenação Geral de Apoio Laboratorial (CGAL) e vinculada à Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA), órgão da administração pública federal direta.

Neste relatório o Lanagro-SP apresenta a gestão do exercício de 2010, como Unidade Jurisdicionada individual, conforme classificação definida no art 5º da IN- TCU no. 63/2010 de 1 de setembro de 2010 e o previsto no art 3º, da mesma instrução, c/c art 4º. DN-TCU no. 107, de 27 de dezembro de 2010.

Mais especificamente, a estrutura deste Relatório segue o Anexo III da DN-TCU no. 107/2010 e as orientações na forma do Anexo da Portaria TCU no. 277, de 7 de dezembro de 2010 para preenchimento das partes A, B e C do Anexo II da DN 107/2010.

PARTE A – CONTEÚDO GERAL, ITEM 1, do ANEXO II da DN TCU 107/2010, de 27/10/2010.

QUADRO A.1.1 – Dados identificadores do Lanagro-SP

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			Código SIORG: 000014
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Laboratório Nacional Agropecuário em Campinas			
Denominação abreviada: Lanagro-SP			
Código SIORG: 72142		Código LOA: 22101	Código SIAFI: 130102
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da administração direta – Unidade descentralizada do MAPA			
Principal Atividade: Regulação e Fiscalização das Questões Econômicas na Agricultura; Federal, Estadual , Municipal			Código CNAE 8413-2
Telefones/ Fax de contato:	(019) 3252-0155	(019) 3252-3764	FAX (019) 3252-4835
Endereço eletrônico: coord.lanagrosp@agricultura.gov.br			
Página da Internet: http://www.agricultura.gov.br			
Endereço Postal: Rua Raul Ferrari s/n, Cep 13150-000, Campinas, São Paulo			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto Presidencial nº. 7.127, de 04 de março de 2010, publicado no DOU, de 05 de março de 2010; Portaria Gabinete do Ministro Nº. 104, de 18 de abril de 2006, publicada no DOU nº. 75 de 19 de abril 2006.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº. 11.653, de 7 de abril de 2008			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Manual de Qualidade, Instruções de Trabalho, Instruções de Uso, Procedimentos Operacionais Padrão e Métodos, além de legislações específicas por área de atuação			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica	Não se aplica		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		

Não se aplica	Não se aplica
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
Não se aplica	Não se aplica

PARTE A – CONTEÚDO GERAL, ITEM 2, do ANEXO II da DN TCU 107/2010

2.1. Responsabilidades institucionais do Lanagro-SP – (Alínea “a” do item 2 do conteúdo geral A do Anexo II da DN TCU 107/2010))

a. Competência

De acordo com a Portaria 104, de 18 de abril de 2006, publicada no DOU nº. 75 de 19 de abril de 2006, aos Laboratórios Nacionais Agropecuários, compete promover o suporte laboratorial aos programas e ações de competência da Secretaria de Defesa Agropecuária, em especial:

I - realizar estudos, ensaios, desenvolver e atualizar metodologias, bem como produzir e manter materiais de referência;

II - realizar análises fiscais, periciais, monitoramento e de diagnóstico;

III - garantir a implantação e implementação:

a) do sistema da garantia da qualidade, por meio de Unidades de Garantia da Qualidade - UGQ; e

b) da gestão integrada de biossegurança em laboratórios;

IV - promover ações de divulgação das atividades laboratoriais e de realização de eventos;

V - implementar, em consonância com a Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial, da Secretaria de Defesa Agropecuária - CGAL/SDA, observadas as orientações específicas da Secretaria - Executiva, do Ministério:

a) elaboração de propostas para termos de parceria e de cooperação técnica com entidades públicas e privadas;

b) formulação e execução de programações operacionais, orçamentárias e financeiras; e

c) execução de atividades de administração geral.

Aos Laboratórios Nacionais Agropecuários compete, ainda, a prestação de suporte laboratorial às atividades de competência da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, da Secretaria de Produção e Agroenergia, bem como das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

b. Objetivos Estratégicos

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento têm como missão “promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira”. O desenvolvimento sustentável do agronegócio com estímulo a produtividade, sanidade e qualidade, objetivo inexorável do MAPA, justifica a atenção governamental dispensada às políticas de proteção à saúde pública e sanidade fitozoosanitárias.

Visando garantir a segurança alimentar dos consumidores, nos aspectos de inocuidade, qualidade e identidade de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, qualidade de insumos agropecuários e promover a sanidade animal e vegetal, o MAPA conta em sua estrutura funcional

com uma Coordenação que mantém sob sua responsabilidade, unidades descentralizadas denominadas Lanagros, que têm por competência conferir suporte às atividades desenvolvidas pelos Departamentos ou Coordenações vinculadas à Secretaria de Defesa Agropecuária.

Neste contexto, a Coordenação Geral de Apoio Laboratorial (CGAL) por meio de suas ações conjuntas com os Lanagros tem a finalidade de prover análises e diagnósticos em apoio às ações de defesa, vigilância e fiscalização, para garantir a qualidade e sanidade animal e vegetal, dos produtos e dos insumos agropecuários.

A CGAL, baseada em normas nacionais e internacionais e na atenção governamental dispensada às políticas de proteção da saúde pública e sanidade animal e vegetal, coordena as atividades desenvolvidas nos Lanagros, distribuindo-as de acordo com a sua especialização.

O Lanagro-SP desenvolve atividades de rotina voltadas a análises laboratoriais de fiscalização, monitoramento e análises periciais. Executa ensaios para validação de métodos e participa, sempre que possível, de rodadas de testes de proficiência e controles interlaboratoriais. Seus técnicos participam de auditorias de fiscalização, credenciamento e monitoramento, além de contribuir na revisão de métodos e legislação específica. O Lanagro-SP possui um sistema de gestão da qualidade baseado no atendimento à Norma NBR ABNT ISO/IEC 17025, sendo que alguns ensaios foram acreditados pelo INMETRO em 2009. Tem como política de qualidade assegurar a melhoria do sistema de gestão e a excelência das atividades de suporte laboratorial a programas e ações de competência da Secretaria de Defesa Agropecuária, em conformidade com a NBR ABNT ISO/IEC 17025. Como visão de futuro, o Lanagro-SP almeja ser reconhecido como laboratório de referência em suas áreas de atuação, e estar sempre atualizado com as mais modernas técnicas e métodos.

Dois são os PI's responsáveis pela viabilização das atividades inerentes à CGAL e conseqüentemente aos Lanagros, quais sejam:

2132 – Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Animal (PI LABANIMAL);

2136 – Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Vegetal (PI LAVEGETAL).

Constituem objetivos estratégicos da Rede Lanagro:

Segundo a perspectiva do cliente: ser excelente na prestação de serviços laboratoriais para a Defesa Agropecuária;

Segundo a perspectiva da rede credenciada: ser excelente na prestação de serviços laboratoriais para a Defesa Agropecuária;

Segundo a perspectiva dos processos internos:

- Prover ensaios de proficiência;
- Produzir material de referência;
- Desenvolver, validar e divulgar métodos;
- Fortalecer a integração com Centros de Referência Nacionais e Internacionais;
- Ampliar acreditação na ISO 17.025;
- Aprimorar e automatizar processos;
- Aprimorar processos de credenciamento;
- Aumentar eficiência no controle da Rede Nacional de Laboratórios;
- Modernizar infraestrutura e equipamentos;
- Harmonizar procedimentos na Rede Nacional de Laboratórios;
- Melhorar integração e comunicação com clientes e parceiros;
- Atualizar atribuições na Rede Nacional de Laboratórios;

Segundo a perspectiva de Pessoas, Aprendizado e Crescimento:

- Desenvolver comunicação ágil e eficaz na Rede Lanagro;
- Desenvolver competências com foco em prioridades;
- Adequar o quadro de pessoal à demanda.

2.2. Estratégia de Atuação frente às responsabilidades institucionais (Alínea “b” do item 2 do conteúdo geral A do Anexo II da DN TCU 107/2010)

2.2.1. Análise do andamento do plano estratégico do Lanagro-SP

A estratégia de atuação do Lanagro-SP é conduzida pela CGAL, que indica as prioridades em atendimento aos serviços clientes. Atualmente o Lanagro-SP executa, além das atividades de rotina para atendimento às ações de fiscalização e monitoramento da SDA, análises laboratoriais em atendimento a programas governamentais específicos, como o Programa de Redução de Patógenos em aves (PRP), Programa de *Listeria monocytogenes* em produtos prontos para o consumo, Programa de Controle de Fraude em Leite, Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes (PNCRC), Programa de Controle de Fraude de Água em Carcaças de Frangos e Programa Nacional de Sanidade Avícola (PNSA).

O Lanagro-SP encaminha mensalmente à CGAL a programação de recursos financeiros necessários para as despesas de manutenção da Unidade (gastos fixos). Com relação aos custos de investimento, materiais de consumo, equipamentos, aquisição de serviços, entre outros, os créditos são solicitados à CGAL através de formulário próprio, com as devidas justificativas.

O Lanagro-SP possui uma equipe destinada à manutenção de suas instalações físicas e de equipamentos. Sempre que necessário são firmados contratos com empresas especializadas para manutenção corretiva e preventiva de equipamentos específicos. Semelhantemente, o Lanagro-SP mantém contrato com empresa especializada para manutenção de equipamentos de informática e dispõe de uma Unidade de Informática, responsável pelo desenvolvimento de sistemas internos.

O Lanagro-SP possui uma Coordenação de Qualidade Total (CQT), com representantes de todas as Unidades técnicas e de apoio, que tem por finalidade planejar, supervisionar, coordenar, implementar e avaliar ações que visem o constante aprimoramento da qualidade dos serviços prestados pelo Lanagro-SP e o bem-estar de seus colaboradores, contribuindo assim para que a Missão, Valores e Visão de Futuro do Lanagro-SP sejam implementados a contento. Esta Coordenação possui quatro Comissões, cujas principais finalidades estão descritas abaixo:

a) Comissão de Desenvolvimento Institucional (CDI): Definir indicadores de desempenho institucional para avaliação sistemática do desempenho das diferentes unidades organizacionais do Lanagro-SP, monitorar sua implementação e avaliar sua eficácia, eficiência e efetividade; Definir a responsabilidade pela interpretação dos índices calculados para cada indicador; Planejar, propor e executar ações para avaliação sistemática da satisfação dos clientes internos e externos e bem estar dos colaboradores.

b) Comissão de Avaliação de Solicitação, Aquisição e Recebimento de Material e Serviços (CAMS): Planejar, propor e executar ações para avaliação sistemática e classificação dos fornecedores de materiais e serviços ao Lanagro-SP; Planejar, propor e executar ações para harmonização da descrição de materiais e serviços, a fim de facilitar o processo de aquisição dos mesmos; Participar do processo de avaliação, aquisição e recebimento de materiais e serviços.

c) Comissão de Biossegurança (CBS): Fomentar a aplicação dos conceitos de biossegurança nas diferentes Unidades do Lanagro-SP; Orientar, baseado nas legislações vigentes, o correto descarte de produtos, materiais e insumos, levando-se em consideração aspectos de preservação ambiental; Orientar a correta contenção e processamento dos patógenos manipulados na Instituição; Orientar o cumprimento das normas de biossegurança, providenciando as condições para tal quando

possível ou encaminhar os procedimentos recomendados à Coordenação e/ou demais Unidades do Lanagro-SP.

d) Comissão de Comunicação (CCOM): Promover a divulgação do Lanagro/SP de modo a tornar a instituição mais conhecida pela sociedade; Elaborar um informativo mensal para divulgação de atividades do Lanagro/SP, bem como de assuntos de interesse da instituição; Organizar palestras técnicas, de interesse geral, de repasse de capacitações, de saúde e de relacionamento interpessoal; Organizar apresentações periódicas das Unidades que compõem o Lanagro/SP para divulgação das atividades e integração dos colaboradores; Elaborar lista atualizada de aniversariantes da instituição e divulgar os aniversariantes de cada dia; Divulgar agenda de eventos de interesse da instituição.

Está previsto para 2011 a criação da Comissão A3P que irá tratar de forma aprofundada as questões ambientais.

2.2.2. Análise do plano de ação referente ao exercício de 2010

As maiores dificuldades para a execução das atividades em 2010 foram: ausência de proposta orçamentária definida para cada Lanagro; recursos humanos insuficientes; problemas de infra-estrutura devido ao aumento das atividades nos últimos anos, especialmente para as Unidades que atendem ao PNCRC e Sanidade Aviária; dificuldades na aquisição de insumos e materiais devido à falta de recursos financeiros; dificuldade em cumprir com as metas de capacitação devido à falta de recursos financeiros.

Principais ações executadas em 2010
Manutenção da acreditação junto INMETRO de três escopos que envolvem duas Unidades Analíticas
Manutenção do projeto de contratação de bolsistas junto ao CNPq para a área de resíduos e contaminantes
Implantação da Unidade de Recepção de amostras na Base Física de Jundiaí
Obtenção de resultados satisfatórios em ensaios de proficiência
Validação do sistema informatizado de registro de amostras
Conclusão da reforma das instalações da Base Física de Jundiaí, incluindo as Unidades de Microbiologia e Análises Físico-Químicas de Fertilizantes, Corretivos, Substratos e Afins
Conclusão da reforma da lavanderia da Base Física de Campinas
Assinatura do contrato com empresa especializada para execução da obra de construção do novo prédio da Unidade de Sanidade Aviária
Continuidade do projeto de cooperação do Lanagro-SP com o laboratório NVSL como parte do programa de <i>Twinning</i> da OIE, incluindo o treinamento de três técnicos do Lanagro/SP nos EUA e a realização de Workshop no Lanagro/SP com a presença de dois técnicos dos EUA
Recebimento de missões estrangeiras (China, Colômbia, Rússia e FSIS)
Oferecimento de treinamento a duas técnicas na área de Microbiologia de Alimentos a pedido do governo de Angola
Adequação de estrutura física para futura implantação das atividades de controle de medicamentos veterinários
Adequação da estrutura física da Unidade de Controle de Vacinas Antirrábicas para implantação de teste complementar de vírus residual por imunofluorescência

Principais ações executadas em 2010
Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto executivo para ampliação da Recepção de Amostras, Estacionamento e Portaria da Base Física de Campinas
Adequação da estrutura física das Unidades que atendem ao PNCRC com a implantação de uma sala para freezers e geladeiras
Adequação da estrutura física utilizada pelas Unidades CAE e INF e pelas áreas de Almoxarifado e Patrimônio (DAD)
Implantação da rede MAPA na Base Física de Jundiaí

Desafios para 2011
Finalização da construção do novo prédio da Unidade de Sanidade Aviária, incluindo um laboratório de biossegurança NB3
Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto executivo para construção de novo prédio para atendimento às Unidades que realizam análises para determinação de resíduos e contaminantes, como parte do projeto “caça-fantasmas” da CGAL
Contratação de empresa especializada para executar projeto de adequação da rede de distribuição de água deionizada
Finalização do projeto de cooperação do Lanagro-SP com o laboratório NVSL como parte do programa de <i>Twining</i> da OIE, incluindo a realização do terceiro Workshop oferecido por especialistas do NVSL no Lanagro-SP
Implementação da técnica de sequenciamento genético para caracterização de patogenicidade dos vírus da influenza aviária
Implementação da técnica de inibição da neuroaminidase para classificação de vírus de influenza aviária
Implantação das atividades para controle de medicamentos veterinários
Ampliação do escopo para análises de vacinas de uso veterinário
Implantação de teste complementar de vírus residual por imunofluorescência para controle de vacinas antirrábicas
Elaboração de projeto para ampliação do estacionamento, recepção de amostras e portaria da Base Física de Campinas
Elaboração de projeto executivo para adequação da estrutura física para atendimento ao Laboratório Oficial de Análises de Sementes e Diagnóstico Fitossanitário
Ampliação do escopo acreditado pelo INMETRO
Aquisição de novos equipamentos para atendimento ao PNCRC: ICP-MS e CG-MS/MS
Implantação de metodologia para pesquisa de <i>Escherichia coli</i> O157:H7
Implantação de metodologia para pesquisa de contaminantes em amostras de fertilizantes
Implantação de metodologia para pesquisa de conservantes e edulcorantes por cromatografia

Desafios para 2011
líquida em sucos e outras bebidas não alcoólicas
Adequação na estrutura física da sala de lavagem de materiais das Unidades POA e ALA
Adequação na estrutura física utilizada pela Unidade AIE e MAN
Adequação na estrutura física utilizada para arquivo morto (área de Protocolo – DAD)
Contratação de empresa especializada para elaboração de diagnóstico para atendimento às normas ambientais
Contratação de empresa especializada para elaboração de diagnóstico para atendimento às normas do corpo de bombeiros (combate a incêndios)
Elaboração de Manual Administrativo
Implantação do sistema informatizado para registro de amostras na Base Física de Jundiá
Contratação de empresa especializada para execução de melhorias no sistema de vigilância por câmeras e detectores de presença
Definição dos objetivos estratégicos do Lanagro/SP e definição de novos indicadores de desempenho institucional

2.3. Programa do governo sob a responsabilidade do Lanagro-SP (Alínea “c” do item 2 do conteúdo geral A do Anexo II da DN TCU 107/2010)

2.3.1. Execução do Programa de Governo sob a responsabilidade do Lanagro-SP

QUADRO A.2.1 – Demonstrativo da execução por Programa do Governo

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 0356		Denominação: Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas			
Tipo do Programa: Ação do Programa intra-setorial do Ministério da Agricultura					
Objetivo Geral: Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores.					
Objetivos Específicos: Garantir a segurança alimentar					
Gerente: Não se aplica a esta UJ			Responsável: Não se aplica a esta UJ		
Público Alvo: Cadeia agropecuária: produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas de mercadorias e consumidores					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Informações sobre os resultados alcançados					
Ordem	Indicador	(Unidade	Referência	Índice	Índice

	medida)	Data	Índice inicial	Índice final	previsto no exercício	atingido no exercício
(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Fórmula de Cálculo do Índice						
(*)						
Análise do Resultado Alcançado						
(*)						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Fórmula de Cálculo do Índice						
(*)						
Análise do Resultado Alcançado						
(*)						

(*) Não se aplica a esta UJ

Fonte: PPA 2008-2011

2.3.2. Execução física das ações realizadas pelo Lanagro-SP

Descrevem-se, no Quadro A.2.2, as metas programadas físicas e realizadas pelas ações de funcionamento do sistema laboratorial de apoio animal e vegetal em 2010 e o programado para 2011.

QUADRO A.2.2 – Execução Física das ações realizadas pelo Lanagro-SP

Função	Subfunção	Progra- ma	Ação	Tipo da Ação	Priori- dade	Unidade de Medida	Meta prevista (*)	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
20	604	0356	2132	A	3	Ensaaios	7.959.588	6.189.184	7.906.161
20	603	0356	2136	A	3	Ensaaios	302.414	680.219	434.700

(*) Esta é a meta prevista inicial resultado de um valor estimado pelo MPOG, para a Rede de Laboratórios, rateado entre os seis Lanagros de acordo com a proporção de realizações nos anos anteriores. O previsto corrigido no SIPLAN para a área animal foi de 6.623.502 análises e para a área vegetal foi de 1.011.778 ensaios

Legenda:

20=agricultura; 603=defesa sanitária vegetal; 604=defesa sanitária animal; 0356= Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas; A=atividade; 3=demais ações prioritárias

Fonte: Lanagro-SP e SIPLAN

Análise Crítica

As metas previstas e realizadas pelo Lanagro-SP correspondem às análises ou ensaios relativos às atividades laboratoriais realizadas nas Bases Físicas Campinas-SP, Jundiaí-SP, no SLAV-PR e Laboratórios Credenciados sob sua jurisdição.

A meta física programada, tanto para a ação 2132 como para a ação 2136, resultou do total nacional de análises programadas, para 2010, para a Rede Lanagro e Laboratórios credenciados calculados pelo MPOG com base no executado em 2009. O valor correspondente a cada Lanagro resultou da divisão proporcional em relação ao realizado em 2009. E, analogamente, o programado para 2011 foi estimado relativamente a 2010.

Posteriormente, o Lanagro-SP corrige o programado correspondente pelo valor obtido através da capacidade operacional que as suas unidades ofereceram para análise, que está associado à demanda de análises do Serviço de Fiscalização, com exceção das análises programadas para o PNCRC (Programa Nacional de Controle de Resíduos de Drogas Veterinárias e Contaminantes em Produtos de Origem Animal e Vegetal).

Na área animal, o valor programado para os Laboratórios credenciados baseou-se nas informações recebidas em 2009 resultando em 6.496.816 análises. O valor estimado para o Lanagro-SP foi de 128.686 análises. O realizado entre 1º. de janeiro e 31 de dezembro correspondeu a 6.189.184 análises, ou seja, 93,44% do programado, sendo que 94.143 (1,52%) análises corresponderam às realizações do Lanagro-SP e 98,48% (6.095.041) às análises dos Laboratórios Credenciados sob jurisdição deste.

Na área vegetal, o valor programado para os Laboratórios credenciados foi de 1.011.778 análises. Deve ser ressaltado que esse valor foi sobre estimado. Isto é se deve ao fato do não envio da programação dos laboratórios credenciados para compor este valor no momento em que se realizou a previsão corrigida para 2010, sugerida pelo SIPLAN, ao qual foi acrescido as sobras de análises realizadas em 2009, enviadas após 31-12, às contabilizadas durante o período e que se referiam a Laboratórios Credenciados de Análises de Sementes, que no decorrer de 2010 deixaram de enviar essas informações de forma contínua. O valor estimado para o Lanagro-SP foi de 139.522 análises. O realizado entre 1º. de janeiro e 31 de dezembro correspondeu a 680.219 análises, ou seja, 67,23% do programado, sendo que 40.039 (5,89%) análises corresponderam às realizações do Lanagro-SP e 94,11% (640.180) às análises dos Laboratórios Credenciados sob jurisdição deste. Para a área vegetal, não há programas estabelecidos como para a área animal e os valores programados para número de amostras são relativos à capacidade operacional ofertada pelos laboratórios e disponibilizada para os clientes.

A seguir descrevem-se as ações 2132 e 2136.

Ação 2132 – Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Animal – Dados Gerais

Programa Finalístico 0356	Ação do Programa intra-setorial do MAPA
Finalidade	Prover apoio técnico-científico às ações de defesa, vigilância, fiscalização, para garantir a qualidade e sanidade do rebanho nacional, dos produtos e dos insumos da área animal (Fonte: PPA 2008-2011).
Descrição	Recepção de amostras, realização de testes, descarte de material, emissão de laudo, manutenção dos equipamentos e veículos, contratação de serviços de segurança, capacitação de pessoal, credenciamento de laboratórios privados para apoio, monitoramento e auditoria nos credenciados, recebimento dos laudos emitidos e publicação de normas (Fonte: PPA 2008-2011)
Unidade responsável pelas decisões	Secretaria de Defesa Agropecuária / CGAL

Programa Finalístico 0356	Ação do Programa intra-setorial do MAPA
estratégicas	
Coordenador Nacional da Ação	Jorge Caetano Junior
Unidades Executoras	Lanagro-SP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	<p>BIOTÉRIO (BIT) Responsável: Ester Garcia Rossi – Fiscal Federal Agropecuário</p> <p>CONTAMINANTES INORGÂNICOS (COI) Responsável: Helena Müller Queiroz – Fiscal Federal Agropecuário</p> <p>CONTAMINANTES ORGÂNICOS (ORG) Responsável: Elizabete Maia Cordeiro Saglioni – Fiscal Federal Agropecuário</p> <p>CONTROLE DE VACINAS ANTI-RÁBICAS (CVR) Responsável: Amiris Pereira Gonçalves de Campos – Pesquisador das Ciências Exatas e da Natureza</p> <p>ANÁLISES FÍSICO-QUÍMICAS DE ALIMENTOS DE ORIGEM ANIMAL E ÁGUA (POA) Responsável: Juliana Ladeira - Fiscal Federal Agropecuário</p> <p>ANÁLISES FÍSICO-QUÍMICAS DE ALIMENTOS PARA ANIMAIS (ALA) Responsável: Tsuyoshi Taka – Fiscal Federal Agropecuário</p> <p>MICROBIOLOGIA EM ALIMENTOS E ÁGUA (MIC) Responsável: Amaury dos Santos – Pesquisador das Ciências Exatas e da Natureza</p> <p>MICROSCOPIA DE ALIMENTOS PARA ANIMAIS (MAA) Responsável: Helena Müller Queiroz – Fiscal Federal Agropecuário</p> <p>PRODUÇÃO DE MEIOS DE CULTURA E HISTOCULTURA (PMH) Responsável: Bruno Bonatto – Biólogo</p> <p>RESÍDUOS DE DROGAS VETERINÁRIAS (RDV) Responsável: Tsuyoshi Taka – Fiscal Federal Agropecuário</p> <p>RECEPÇÃO DE AMOSTRAS (REC) Responsável: Amaury dos Santos – Pesquisador das Ciências Exatas e da Natureza</p> <p>SANIDADE AVIÁRIA (AVI) Responsável: Dilmara Reischask – Fiscal Federal Agropecuário</p> <p>UNIDADE DA GESTÃO DA QUALIDADE (UGQ)</p>

Programa Finalístico 0356	Ação do Programa intra-setorial do MAPA
	<p>Responsável: Fernando José Pires de Souza - Fiscal Federal Agropecuário ANEMIA INFECCIOSA EQUINA (AIE)</p> <p>Responsável: Gonçalves Maria Martins Arita - Fiscal Federal Agropecuário CONTROLE, AVALIAÇÃO E ESTATÍSTICA (CAE)</p> <p>Responsável: Margarida Maria Hoepfner Zaroni – Estatística DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO (DAD)</p> <p>Responsável: Márcia Oliveira Parreira – Estatística SETOR DE INFORMÁTICA (INF/DAD)</p> <p>Responsável: Átila Kardec Alves – Analista de Sistemas SETOR DE MANUTENÇÃO (MAN/DAD)</p> <p>Responsável: Hiromi Arita – Engenheiro Civil SERVIÇO LABORATORIAL AVANÇADO - Curitiba/PR (SLAV/PR)</p> <p>Responsável: Ecilda Batista - Fiscal Federal Agropecuário MICROBIOLOGIA EM ALIMENTOS E ÁGUA – SLAV/PR (MIC_c)</p> <p>Responsável: Heidi Derksen e Silva - Fiscal Federal Agropecuário ANÁLISES FÍSICO-QUÍMICAS DE ALIMENTOS DE ORIGEM ANIMAL E ÁGUA – SLAV/PR (POA_c)</p> <p>Responsável: Kazumi Yamazaki Ochiai - Fiscal Federal Agropecuário</p>
Responsável pela execução da ação no nível local	<p>André de Oliveira Mendonça, Coordenador</p> <p>Maria de Fátima Martins Pinhel, Coordenadora Técnica</p>

Ação 2136 – Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Vegetal - Dados Gerais

Programa Finalístico- 0356	Ação do Programa intra-setorial do MAPA
Finalidade	Prover apoio técnico-científico às ações de defesa, inspeção, fiscalização, para garantir a sanidade e a qualidade das lavouras, dos produtos e dos insumos da área vegetal (Fonte: PPA 2008-2011)
Descrição	Promoção de padrões e uniformização de procedimentos laboratoriais; credenciamento de laboratórios públicos e privados; fiscalização e monitoramento das atividades dos laboratórios credenciados; revisão de legislação; aquisição de equipamentos, reagentes e instrumentos analíticos; manutenção de equipamentos e estrutura; controle interlaboratorial, capacitação e treinamento em metodologias e validação; elaboração de sistemas de gerenciamento da qualidade; validação de metodologias; e realização de análises laboratoriais (Fonte: PPA 2008-2011)
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária / CGAL
Unidades Executoras	Lanagro-SP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	<p>ANÁLISES FÍSICO-QUÍMICAS DE BEBIDAS E VINAGRES (BEB) – Base Física Jundiaí, SP Responsável: Maria de Fátima Martins Pinhel – Fiscal Federal Agropecuário</p> <p>ANÁLISES FÍSICO-QUÍMICAS DE FERTILIZANTES, CORRETIVOS, SUBSTRATOS E AFINS (FET)– Base Física Jundiaí, SP Responsável: Flávia Consolini – Fiscal Federal Agropecuário</p> <p>LABORATÓRIO OFICIAL DE ANÁLISE DE SEMENTES (LASO) Responsável: Carlos Eduardo Marchi – Fiscal Federal Agropecuário</p> <p>RECEPÇÃO DE AMOSTRAS (REC_j)– Base Física Jundiaí, SP Responsável: Maria Miriam Borges de Abreu – Fiscal Federal Agropecuário</p> <p>UNIDADE ADMINISTRATIVA LOCAL(ADM_j) – Jundiaí, SP Responsável: Inês Aparecida Muniz da Silva</p> <p>SERVIÇO LABORATORIAL AVANÇADO (SLAV/PR) - Curitiba/PR Responsável: Ecilda Batista - Fiscal Federal Agropecuário</p> <p>ANÁLISES FÍSICO-QUÍMICAS DE BEBIDAS E VINAGRES (BEB_c) – SLAV/PR Responsável: Emília Tirie Higashiyama – Fiscal Federal Agropecuário</p> <p>MICROBIOLOGIA (MIC_j) - Base Física Jundiaí, SP</p>

Programa Finalístico- 0356	Ação do Programa intra-setorial do MAPA
	Responsável: Maria Miriam Borges de Abreu – Fiscal Federal Agropecuário
Coordenador Nacional da Ação	Jorge Caetano Junior
Responsável pela execução da Ação no nível local	André de Oliveira Mendonça, Coordenador Maria de Fátima Martins Pinhel, Coordenadora Técnica

2.4. Desempenho Orçamentário e Financeiro (Alínea “d” do item 2 do conteúdo geral A do Anexo II da DN TCU 107/2010)

As metas financeiras previstas para as ações 2132 e 2136 se baseiam na programação orçamentária para a CGAL/SDA (PLOA) e suas execuções dependem da distribuição realizada pela CGAL.

2.4.1. Programação Orçamentária das Despesas

Quadro A.2.3 - Identificação da Unidade Orçamentária.

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
LABORATORIO NACIONAL AGROPECUARIO/SP	130101	130102

2.4.1.1 Programação de Despesas Correntes

Quadro A.2.4 - Programação das Despesas Correntes (Não se aplica a esta UJ)

2.4.1.2 Programação de Despesas de capital

Quadro A.2.5 - Quadro Resumo da Programação das Despesas de Capital (Não se aplica a esta UJ)

2.4.1.3 Quadro Resumo da programação de Despesas

Quadro A.2.6 - Resumo da Programação das Despesas e Reserva de Contingência (Não se aplica a esta UJ)

2.4.1.4 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$
1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG	Classificação da ação	Despesas Correntes		
			Função/Sub-função/Programa/N o. Ação	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Interna	Concedido	-	-	-	-	-
	Recebido	130001	20/121/0360/1K40	17.196,73	-	-
		130002	20/122/0750/2000	4.599,40	-	-
		130002	20/128/0360/4572	2.432,30	-	-
		130007	20/603/0375/2141	6.574,50	-	-
		130007	20/603/0375/2179	8.158,99	-	-
		130007	20/604/0356/4723	50.013,23	-	-
		130007	20/604/0356/8938	7.027,93	-	-
		130007	20/603/0356/8939	74,68	-	-
		130007	20/604/0356/2132	3.160.165,71	-	51.300,00
		130007	20/603/0356/2136	2.340.819,45	-	61.296,84
		130007	20/604/0357/8658	3.653.846,86	-	24.000,00
Externa	Concedido	-	-	-	-	-
	Recebido	-	-	-	-	-
Natureza da Movimentação de Crédito		UG	Classificação da ação	Despesas de Capital		
			Função/Sub-função/Programa/N o. Ação	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Interna	Concedido	-	-	-	-	-
	Recebido	130001	20/121/0360/1K40	-	-	-
		130002	20/122/0750/2000	-	-	-
		130002	20/128/0360/4572	-	-	-
		130007	20/603/0375/2141	-	-	-
		130007	20/603/0375/2179	-	-	-
		130007	20/604/0356/4723	-	-	-
		130007	20/604/0356/8938	-	-	-
		130007	20/603/0356/8939	-	-	-
		130007	20/604/0356/2132	215.099,84	-	-
		130007	20/603/0356/2136	43.465,46	-	-
		130007	20/604/0357/8658	12.962.495,68	-	-
Externa	Concedido	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-

20-Agricultura
603-Defesa sanitária vegetal
604-Defesa sanitária animal
121-Planejamento e orçamento
128 -Formação de Recursos Humanos

122-Administração Geral
0750 -Apoio Administrativo
0357-Segurança da Sanidade na Agropecuária
0375-Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários
0356-Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas
0360-Gestão da Política Agropecuária

Fonte : SIAFI e SPEO/DAD/Lanagro-SP

2.4.2. Execução Orçamentária das Despesas

2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos originários do Lanagro-SP (Não se aplica a esta UJ)

2.4.2.1.1 Despesas por modalidade de Contratação

Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ (Não se aplica a esta UJ)

2.4.2.1.2 Despesas correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.2.9 - Despesas correntes por Grupo de Despesa e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ (Não se aplica a esta UJ)

2.4.2.1.3 Despesas correntes por Grupo de Despesa e Elemento de Despesa

Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ (Não se aplica a esta UJ)

2.4.2.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pelo Lanagro-SP por movimentação

2.4.2.2.1 Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação.

Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	Exercícios			
	2009	2010	2009	2010
Licitação	15.802.945,13	18.222.477,12	15.802.945,13	18.124.790,75
Convite	6.340,00	11.399,00	6.340,00	11.399,00
Tomada de Preços	736.241,31	156.639,20	736.241,31	156.639,20
Concorrência	(*)	12.634.495,68	(*)	12.634.495,68
Pregão	4.188.291,55	5.419.943,24	4.188.291,55	5.322.256,87
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas	2.898.000,47	3.513.121,55	2.898.000,47	3.435.749,53
Dispensa	1.175.496,95	1.231.440,67	1.175.496,95	1.231.440,67
Inexigibilidade	1.722.503,52	2.281.680,88	1.722.503,52	2.204.308,86
Regime de Execução Especial	37.542,72	57.947,96	37.542,72	57.947,96
Suprimento de Fundos	37.542,72	57.947,96	37.542,72	57.947,96
Pagamento de Pessoal	NA	NA	NA	NA
Pagamento em Folha	-	-	-	-
Diárias	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-

(*) Valor anulado correspondente a R\$10.872.072,77

NA=Não se aplica a esta UJ

Fonte: SIAFI e SPEO/DAD/Lanagro-SP

2.4.2.2.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação.

Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	159.232,45	215.158,34	159.232,45	215.158,34	0,00	0,00	159.232,45	215.158,34
339014	70.556,06	118.659,87	70.556,06	118.659,87	0,00	0,00	70.556,06	118.659,87
339033	83.521,99	90.439,47	83.521,99	90.439,47	0,00	0,00	83.521,99	90.439,47
339036	5.154,40	6.059,00	5.154,40	6.059,00	0,00	0,00	5.154,40	6.059,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes	6.702.945,78	8.979.205,70	6.701.251,89	8.979.205,70	1.693,89	8.979.205,70	6.701.251,89	8.979.205,70
339039	2.825.886,39	2.883.064,70	2.825.886,39	2.883.064,70	0,00	2.883.064,70	2.825.886,39	2.883.064,70
339037	2.036.214,03	2.202.942,12	2.036.214,03	2.202.942,12	0,00	2.202.942,12	2.036.214,03	2.202.942,12
339030	1.749.749,39	3.887.139,88	1.748.055,50	3.887.139,88	1.693,89	3.887.139,88	1.748.055,50	3.887.139,88
Demais elementos do grupo	91.095,97	-	91.095,97	-	0,00	-	91.095,97	-

Fonte : SIAFI e SPEO/DAD/Lanagro-SP

2.4.2.2.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação.

Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesas dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em R\$1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos	1.089.643,55	13.221.060,98	1.089.643,55	13.221.060,98	-	-	460.248,55	13.221.060,98
449051	629.395,00(*)	12.737.622,37	629.395,00(*)	12.737.622,37	-	-	-	12.737.622,37
449052	460.248,55	483.438,61	460.248,55	483.438,61	-	-	460.248,55	483.438,61
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-

(*) Foi anulada no valor de R\$ 10.872.072,27.

Fonte : SIAFI e SPEO/DAD/Lanagro-SP

2.4.3 Indicadores Institucionais

A execução das ações de funcionamento do Sistema de Apoio Laboratorial Animal e Vegetal se dão através dos Processos Finalísticos Internos do Lanagro-SP (Figura A.3. do Apêndice), que interagem com Ações distribuídas entre Programas Intra-setoriais do PPA 2008-2011, conforme a Figura A.2. (Apêndice).

Um Processo Finalístico representa um conjunto de atividades específicas, logicamente inter-relacionadas, organizadas com a finalidade de transformar insumos e produzir certificados oficiais de análises, relatórios de ensaios e laudos.

Essas atividades baseiam-se no atendimento às necessidades dos serviços dos clientes SIPAGs, SEDESAs, SEFAGs e SVAs e programas de governo (0356-Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas, 0357-Segurança da Sanidade na Agropecuária, 0375-Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários).

O desempenho do Lanagro-SP será apresentado separadamente, categorizado nas Áreas de Apoio Laboratorial Animal e Vegetal, e Apoio Laboratorial Geral, tendo como indicadores a relação entre o efetivo de unidades laboratoriais (programadas, recebidas e realizadas) e os recursos financeiros (programados, recebidos e utilizados) em sua execução.

Os Indicadores de Desempenho do Lanagro são descritos a seguir:

Indicador de Eficácia		
a.Utilidade		
Mostrar o alcance da meta física independente do custo ou impacto implicado na ação. Este indicador é apresentado em valor absoluto, pois a execução das análises realizadas representa a demanda do Serviço de Fiscalização frente à capacidade operacional ofertada referente aos processos finalísticos.		
b.Fórmula de cálculo		
NuAL	Número de unidades de Análises Laboratoriais realizadas	<i>unidade</i> = amostra ou ensaio
c. Método de medição		
Considerando-se que a unidade de análise laboratorial, que é expressa tanto pela amostra analisada como pelo número de ensaios necessário para se obter o laudo, certificado de análise ou relatório de ensaio dessa amostra, utiliza-se como meta física alcançada o somatório (Figura A5.) das unidades de análise laboratorial para cada processo finalístico de competência de cada base de física e do Serviço Laboratorial Avançado (Figuras A6. e A7.) coordenado pelo Lanagro-SP.		
d. Fontes de Informação		
Os resultados das unidades de análise laboratorial, que se tornaram fontes de informação para cálculo dos indicadores de desempenho, são armazenados nas bases de dados descritas a seguir.		
Ação	Unidade Física	Fonte de Informação
Apoio Animal	Base Física Campinas – SP	Base de Dados do Sistema de Controle de Amostras desenvolvido e gerenciado pelo Lanagro-SP e Base de Dados do Sistema de Vacinas

Indicador de Eficácia			
	SLAV – PR	Relatório Mensal do Demonstrativo de Execução de Análises Físico-química e Microbiológica de Produtos de Origem Animal, por natureza da amostra, execução e resultado analítico (documentos impressos)	
Apoio Vegetal	Base Física Jundiaí – SP	Unidade BEB	Relatórios mensais extraídos da Base de Dados do Sistema de Controle de Análises de Bebidas BEBIWIN (documentos impressos)
		Unidade FET	Relatórios Demonstrativos de Execução Física de Amostras Fiscais, Periciais e 2ª. Pericial e Demonstrativo de Ensaios Analíticos de Amostras Fiscais, Periciais e 2ª. Pericial (planilha Excel)
	SLAV – PR	Unidade BEB _c	Relatórios mensais extraídos da Base de Dados do Sistema de Controle de Análises de Bebidas Sistema BEBIWIN (documentos impressos)
e. Área Responsável pelo cálculo e/ou medição			
Unidade de Controle, Avaliação e Estatística – Lanagro-SP			
f. Resultado			
Apoio Laboratorial	Unidade de análise laboratorial (u)		Eficácia (x ₂)
Animal	Amostra		8.696
	Ensaio		94.143
Vegetal	Amostra		3.868
	Ensaio		40.039
Lanagro-SP	Amostra		12.564
	Ensaio		134.182
g. Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador			
O número de amostras e ensaios realizados depende da demanda vinda dos serviços clientes.			
h. Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso			Responsável
Não se aplica			-

Indicador de Eficiência			
a. Utilidade			
Mostrar a eficiência do apoio laboratorial através do custo unitário da unidade de análises laboratorial, de duas maneiras:			
-em relação aos recursos orçamentários programados, e,			
-em relação aos recursos financeiros efetivamente utilizados.			
b. Fórmula de cálculo			
b.1. Custo unitário programado da Unidade de Análise Laboratorial – <i>CUP</i>			
$CUP_u = \frac{y_1}{x_2} \quad (R\$/unidade)$	y ₁ =recursos orçamentários programados, em reais x ₂ = NuAL (eficácia)		
b.2. Custo unitário efetivo da Unidade de Análise Laboratorial – <i>CUE</i>			
$CUE_u = \frac{y_2}{x_2} \quad (R\$/unidade)$	y ₂ = recursos financeiros empenhados, em reais x ₂ = N _u AL (eficácia)		
c. Método de medição			
Os recursos financeiros empenhados (liquidados e a liquidar), somam os valores nominais provenientes de todos os PI's que por movimentação interna atenderam aos Elementos de Despesa do Laboratório (Figura A4).			
Os recursos orçamentários programados a serem utilizados baseiam-se primariamente nas despesas básicas (água, luz e telefone). A isso se somam as despesas relativas à aquisição e/ou manutenção de insumos, bens de consumo, obras e equipamentos. Os recursos necessários aos processos de aquisição de bens e serviços são submetidos e aprovados pela Coordenação Geral de Apoio Laboratorial / SDA (Figura A4.)			
d. Fontes de Informação			
Os dados relativos aos recursos financeiros recebidos e utilizados têm como Fonte de Informação os Sistemas Administrativos Governamentais, Contrato de Fornecedores e Notas Fiscais.			
e. Área Responsável pelo cálculo e/ou medição			
Unidade de Controle, Avaliação e Estatística – Lanagro/SP			
f. Resultado			
	Unidade de análise laboratorial (u)	CUP (R\$/unidade)	CUE (R\$/unidade)
Lanagro-SP	Amostra	2.129,40	1.682,93

Indicador de Eficiência			
	Ensaio	199,38	157,58
g. Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador			
<p>Como ressaltado na memória de cálculo da Figura A5, o CUP (custo unitário programado) obtido foi de R\$ 2.129,40/amostra e R\$ 199,38/ensaio, enquanto que CUE (custo unitário efetivo empenhado) obtido foi de R\$ 1.682,93/ amostra e R\$157,58/ ensaio. As despesas com pessoal (diárias e passagens) e consumo (compra de insumos para laboratório) aumentaram, relativamente a 2009, em torno de 81%. O valor nominal das diárias aumentou, segundo o Decreto 6.907 de 21 de julho de 2009, refletindo no valor das diárias. Por estes motivos ao analisar o CUE por amostra, este obteve um aumento em torno de 76%. Mas quando analisado por ensaio este índice apresenta um aumento de apenas 21%. O que se observa é que o número médio de ensaios por amostras também aumentou de 2006 a 2010, variando de 7,4 a 10,7 ensaios/amostra analisada, respectivamente. Resultado que é explicado pelo aumento de ensaios implantados na execução das amostras, à medida novos métodos são validados. Para Bebidas e Vinagres todas as amostras estão sendo analisadas de acordo com a legislação a partir do momento que a CGAL ordenou o repasse das amostras das importadas, mais especificamente, os fermentado alcoólicos para os Laboratórios Credenciados. Este comportamento dos números já reflete uma tendência da política do Coordenador da CGAL de repassar atividades rotineiras para os credenciados e tornar os Laboratórios da Rede como Referência.</p>			
h. Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso			Responsável
Para não haver problemas quanto à descontinuidade das atividades programadas é necessário que os recursos programados sejam disponibilizados segundo a programação do Lanagro-SP enviada à CGAL no início de cada ano.			CGAL

Indicador de Efetividade	
a. Utilidade	
<p>Mostra a efetividade do Apoio Laboratorial do Lanagro através das relações entre o impacto do efetivo realizado sobre o programado, segundo a sua capacidade operacional, e o recebido dos Serviços de Fiscalização, em número de amostras. Além disso, mede-se a efetividade através das relações entre o impacto dos recursos recebidos por movimentação interna e entre o impacto dos recursos empenhados pelo Lanagro e os recursos orçamentários programados para o exercício de 2010.</p>	
b. Fórmula de cálculo	
b.1. Índice de Realização da Demanda – IR	
$IR = \frac{x_2}{x_1 - x_3} 100\%$	<p>x_1 = Número de amostras recebidas - NAR</p> <p>x_2 = N_uAL</p> <p>x_3 = Número de amostras rejeitadas</p>

Indicador de Efetividade					
b.2. Índice de Utilização da Oferta sobre a Demanda – IUOAD					
IUOAD = $\frac{x_1}{y_3} 100\%$		x ₁ =NAR y ₃ = capacidade operacional, em número de amostras			
b.3. Índice de Utilização dos Recursos Recebidos no exercício de 2010– UTI ₁					
IUT ₁ = $\frac{y_2}{x} 100\%$		x= Total de recursos recebidos, através dos PI's por movimentação interna, que atenderam aos Elementos de Despesa deste Laboratório. y ₂ = Total de recursos empenhados pelo Lanagro-SP e Outros Lanagros			
b.4. Índice de Utilização dos Recursos pelas atividades executadas pelo Lanagro relativamente ao programado para 2010 – UTI ₂					
IUT ₂ = $\frac{y}{y_1} 100\%$		y = Total de recursos empenhados pelo Lanagro-SP y ₁ = Total de recursos referente à proposta orçamentária do Lanagro-SP para 2010			
c. Método de medição					
O mesmo descrito para os indicadores de eficácia e eficiência					
d. Fontes de Informação					
As mesmas fontes de informação citadas para os indicadores de eficácia e eficiência					
e. Área Responsável pelo cálculo					
Unidade de Controle, Avaliação e Estatística - Lanagro/SP					
f. Resultado					
Apoio Laboratorial	Unidade de análise laboratorial (u)	Indicador			
		Efetividade			
		IR(%)	IUOAD (%)	IUT1(%)	IUT2(%)
Animal	Amostra	91,35	82,31		
Vegetal	Amostra	122,21	34,20		
Lanagro/SP	Amostra	99,05	61,84	94,84	79,03
g. Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador					
Como ressaltado na memória de cálculo, nas Figuras A5, A6 e A7, em média o IR foi 91,35% para amostras no Apoio Animal e 122,21% no Apoio Vegetal. No Apoio Animal o IUOAD foi de 82,31% demonstrando que em alguns processos a capacidade operacional ofertada não vem sendo utilizada totalmente pelos clientes, média que foi equilibrada pelas demandas dos serviços de fiscalização nos diferentes processos, como é ressaltado da descrição dos índices separadamente. No Apoio Vegetal o					

Indicador de Efetividade

IR foi de 122,21% o IUOAD foi de 34,20%, mostrando que a capacidade operacional ofertada não foi utilizada pelos clientes, principalmente na área de Bebidas e Vinagres. Esse dado foi influenciado, tanto pela Base Física de Jundiaí-SP e como pelo SLAV- PR, cujas amostras importadas passaram a ser analisadas pelos laboratórios credenciados à partir de 01/03/2010, segundo o Memo Circular nº 02/SFQ – CGAL/SDA de 19/02/2010 e a partir de 10/09/2010 através do Memo. Circular nº 018/GAB-CGAL/DAS, respectivamente.

Na Figura A4. utilizada como memória de cálculo foi ressaltado do que 94,84% dos recursos recebidos foram empenhados (IUT1) e utilizados por esta UJ e outros Lanagros e, 79,03% (IUT2) foi empenhado pelo Lanagro-SP, propriamente.

Descrevem-se, a seguir, os índices IR e IUOAD por processo finalísticos:

Na Unidade de Análises Físico-Químicas de Bebidas e Vinagres da Base Física de Jundiaí o processo finalístico foi realizado por todas as amostras recebidas que estavam em condições adequadas para análise. Para esse processo finalístico não há programas estabelecidos com o cliente SIPOV ou com o DIPOV; em vista disso as amostras e os ensaios programados se referem à capacidade operacional da unidade colocada à disposição do cliente. As amostras recebidas foram enviadas pelo SIPOV-SP e VIGIAGRO-SP. A maior parte dessas amostras é de controle para importação (principalmente de fermentados alcoólicos) e amostras de controle para exportação (suco concentrado, polpas de fruta e suco pronto para beber). O IUOAD realizado pela unidade foi de 26,49%. A demanda vinda do VIGIAGRO/Santos (amostras de controle de importação) influenciou drasticamente o Índice de Utilização da Oferta sobre a Demanda. Com o direcionamento das amostras de controle de importação para a rede de laboratórios credenciados, por determinação da CGAL a partir de setembro de 2010, a oferta da capacidade operacional inicialmente estabelecida ficou acima da demanda dos Serviços. Em reunião com os clientes, a unidade disponibilizou esta capacidade operacional para outras ações de interesse dos mesmos, tais como monitoramento de fraudes e suspeitas. Também foram propostos: a distribuição de amostras pareadas, monitoramento dos laboratórios credenciados, que são da abrangência do Lanagro-SP e validação de métodos para ensaios de interesse do cliente SIPOV. Quanto aos ensaios programados de 132.000 e realizados somente 30.679 se deve ao atendimento à Instrução Normativa nº33 de 04/10/2006, que restringiu as análises em vinhos importados à avaliação organoléptica. A IR de 137,79% se explica pelo fato da finalização de muitas amostras de 2009 se darem somente em 2010. Quanto à Unidade de Análises Microbiológicas de Bebidas e Vinagres da Base Física de Jundiaí o baixo IUOAD, 1,71%, refere-se à pouca utilização da capacidade do laboratório pelo Serviço de Fiscalização.

Com relação ao SLAV-PR, as análises físico-químicas de Bebidas e Vinagres alcançaram 146,35% da expectativa (8.781 em 6.000 ensaios), ultrapassando em 46,36% a capacidade ofertada. Essas análises foram solicitadas pelo SIPOA/SFA/PR. A Unidade ofereceu 1000 amostras/ano e recebeu 870 amostras/ano, isto é 87% da capacidade ofertada. A Unidade de Microbiologia ofereceu 100 amostras/ano e recebeu 164 amostras/ano, isto é, foi recebido e analisado 64% a mais de amostras da capacidade ofertada e mais que o dobro de ensaios de 100 para 230 ensaios. A partir de 10/09/2010 através do Memo. Circular nº 018/GAB-CGAL/SDA, as amostras de Importação foram suspensas, por isso houve diminuição na quantidade de amostras analisadas na Unidade de análises físico-químicas de Bebidas e Vinagres.

Na Unidade Análises Físico-Químicas de Fertilizantes, Corretivos, Substratos e Afins, Base Física Jundiaí, SP, o número de amostras periciais e fiscais recebidas (122) não atingiu o programado (245) devido à reforma nas instalações da Unidade. O recebimento de amostras fiscais ficou paralisado parte do ano, sendo apenas recebidas as amostras fiscais de substratos e condicionadores, visto que a Unidade é a única da Rede de Laboratórios Nacionais Agropecuários que analisa tais produtos. As

Indicador de Efetividade

amostras periciais foram recebidas ao longo do ano, sendo as que haviam urgência devido à data de validade, redirecionadas para outro Lanagro. As atividades laboratoriais retornaram parcialmente em julho com a realização apenas de análises fiscais de substratos e condicionadores. As análises de fertilizantes e corretivos puderam ser retomadas a partir de novembro, quando ocorreu a calibração dos equipamentos que estavam fora do “status de calibração” devido à movimentação dos mesmos durante a reforma. Se separarmos as amostras fiscais das periciais, verificaremos que a Unidade recebeu 54 amostras fiscais. Destas, 50 foram analisadas, 3 foram “não analisadas” (1 reencaminhada para outro laboratório, 1 estava vencida e 1 foi devolvida por estar inadequada), ficando apenas 1 amostra para ser analisada em 2011. As análises das amostras periciais foram iniciadas apenas em novembro de 2010, por isso, o número foi tão reduzido. Devido às exigências que as análises periciais demandam, o número em relação a análises fiscais é sempre menor. Para cada empresa é necessária a participação de um perito por ela indicada. E devido à confidencialidade necessária ao ato fiscal, durante os dias de realização de periciais não é possível utilizar toda a capacidade operacional do laboratório, visto que as análises se restringem as amostras da perícia.

Na Unidade Sanidade Aviária, durante o ano de 2010, intensificaram-se os trabalhos de vigilância ativa e passiva para doença de Newcastle e influenza aviária nos planteis avícolas comerciais, assim como houve incremento das exportações de material genético avícola, gerando aumento de demanda por parte dos Serviços Estaduais e Federais de Defesa Sanitária Animal. Este aumento de demanda pode ser observado, por exemplo, no quantitativo de provas de AGP realizadas para o diagnóstico sorológico de influenza aviária e laringotraqueíte infecciosa das aves que superou o quantitativo realizado em 2009. Além disso, durante o período avaliado, intensificou-se o diagnóstico molecular das enfermidades contempladas no Programa Nacional de Sanidade Avícola (PNSA) levando, inclusive, à necessidade de paralisação temporária das atividades da área de Biologia Molecular em virtude da falta de insumos. Fez-se necessária então a aquisição emergencial dos insumos empregados para realização das provas de PCR em tempo real, a fim de evitar prejuízos à produção avícola nacional. Esta suspensão temporária gerou atraso significativo no processamento de amostras de vigilância ativa, sendo que alguns materiais com entrada em 2010 ainda encontram-se armazenados aguardando processamento. Essa estratégia justifica a diferença observada entre o recebido e adequada (2607) e o realizado (1622). A falta de insumos foi prejudicial, também, para o diagnóstico sorológico das salmoneloses e micoplasmoses aviárias. Devido ao desabastecimento de insumos para realização da prova de soraglutinação rápida (SAR) no mercado nacional, a Unidade passou a empregar a técnica de ELISA para o diagnóstico das micoplasmoses. Já para o diagnóstico sorológico das salmoneloses não foi identificado um teste substitutivo, o que explica o reduzido número de testes realizado para esta enfermidade. Em 2010, foi introduzida na rotina laboratorial a pesquisa do vírus de laringotraqueíte infecciosa das aves em amostras de material genético avícola importado, gerando um acréscimo de 318% no total de provas de isolamento viral realizadas para pesquisa deste agente. A Unidade, além disso, intensificou o sequenciamento genético do vírus da doença de Newcastle (NDV) e passou a utilizar mais rotineiramente o sequenciamento genético para o diagnóstico do vírus da laringotraqueíte infecciosa das aves (ILTV), o que acarretou um maior número de provas realizadas para o diagnóstico desta enfermidade. Com relação à diferença entre o recebido e o adequado, a Unidade descartou 64 amostras por estas apresentarem-se inadequadas para análise. Dentre as inadequações mais frequentes estão o envio de amostras em meio de transporte impróprio e o acondicionamento sem refrigeração de material. No que diz respeito ao Controle de Produtos Veterinários (Vacinas Contra Doenças Aviárias), a diferença observada entre o programado e o recebido deve-se a variação de produção/importação das vacinas aviárias rotineiramente analisadas (IUOAD=84,09%). Decréscimos de produção ou importação levam a um menor volume de partidas a serem coletadas e submetidas a controle oficial.

Indicador de Efetividade

A Unidade de Análises Físico-Químicas de Alimentos de Origem Animal e Água analisou 95,58% das amostras adequadas, sendo que as amostras remanescentes foram analisadas no início do ano de 2011. Além das amostras fiscais enviadas de coletas oficiais, a unidade atende ao Programa de Controle de Fraude em Leite, Programa de Controle de Fraude de Água em Carcaças de Frangos. O índice de rejeição de amostras recebidas de 2010 foi de 14,91%, principalmente devido a erros de preenchimento de documentação, recebimento fora de horário, mal acondicionamento, conservação e transporte das amostras, sendo que este número aumentou consideravelmente no ano de 2010 devido ao início das coletas programadas de cortes de frango pelo SIPOA/SP e SIPOA/PR e adequação dos SIFs aos meio corretos de coleta e armazenamento deste tipo de amostra. O IUOAD foi de 63,32% evidenciando a subutilização da capacidade operacional por classe de produto da Unidade, pelo cliente principal (SIPOA/SP). O estado de São Paulo apresenta uma grande quantidade de laboratórios credenciados nessa área o que auxilia na redução da demanda de amostras no Lanagro-SP. O número de ensaios está proporcional ao número de amostras recebidas, porém está abaixo do programado devido ao número reduzido de amostras adequadas recebidas.

Na Unidade de Contaminantes Inorgânicos, o índice IUOAD obtido de 88,06% é devido ao não recebimento de toda a demanda de amostras programadas. O IR de 100,36% deve-se ao cumprimento da totalidade da demanda recebida.

A Unidade de Contaminantes Orgânicos do Lanagro-SP, executa as análises de resíduos de contaminantes orgânicos (pesticidas organoclorados e PCBs) em amostras de gordura animal (bovina, suína, equina, de aves e em leite) utilizando cromatografia gasosa com detector de captura de elétrons para atender ao PNCRC. Durante o ano de 2010, foi concluída a validação do método, sendo que a espécie suína foi a última ser finalizada, o que de fato ocorreu apenas no mês de setembro, devido a problemas com o equipamento e a dificuldade para aquisição de padrões. Pelo fato de ainda estar em andamento os procedimentos de validação para a gordura animal, ainda não estão sendo analisadas amostras de leite. Esta matriz terá sua validação desenvolvida no ano de 2011, sendo projeto de um dos bolsistas do CNPq. O outro bolsista estará validando o método de análise de organoclorados e PCBs em pescado, também em 2011. O número de análises programado para 2010 foi reduzido então para 60 amostras por espécie (bovina, equina, suína e aves), portanto o número total programado foi de 240 amostras. Analisando as Metas físicas programadas (240), recebidas (217) e realizadas (183), por processo finalístico, podemos concluir que a unidade teve um bom desempenho, sendo que o IR foi de 91,5% e o IUOAD de 90,4%. Como a validação do método para a espécie suína só foi concluída em setembro, somente em outubro foi iniciado o sorteio das amostras desta espécie, por este motivo algumas amostras que entraram no laboratório no mês de dezembro, tiveram que ser concluídas no mês de janeiro/2011.

A Unidade de Resíduos de Drogas Veterinárias em Produtos de Origem Animal, o índice IR médio foi de 91,44% e o IUOAD de 85,42%. Esses valores foram resultado do atendimento da demanda de análises de anabolizantes (DES e Zeranól) em fígado de bovinos (16 amostras recebidas em 60) até o momento em que o Laboratório credenciado voltou a realizar esta atividade como rotina. Esse laboratório teve problemas técnicos e por isso o Lanagro-SP realizava essas análises. Com que se justifica a diferença de 15% na utilização da oferta sobre a demanda é de aproximadamente 9% no IR.

A Unidade de Análises Físico-químicas de Alimentos para Animais obteve um IR de 98,52% das amostras adequadas e um IUOAD de 53,82%. O desempenho do IUOAD depende diretamente da demanda do DFIP e não somente da oferta de análises, que é de conhecimento do cliente.

Na Análise por Microscopia no Controle de Alimentos para Animais, o Índice de Realização da

Indicador de Efetividade

Demanda (IR=100%) demonstra a excelente interação do Lanagro-SP com os clientes da Unidade MAA. Em 2010, não houve amostras recebidas que foram rejeitadas. O IUOAD reflete que apenas 24,76% da capacidade laboratorial foram utilizadas pelos Serviços..

A Unidade de Microbiologia em Alimentos e Água realiza o Controle de Produtos de Origem Animal e o Controle de Alimentos para Animais. No Controle de Produtos de Origem Animal são recebidas amostras fiscais de coletas oficiais e amostras do Programa de *Listeria monocytogenes* em produtos prontos para o consumo e o Programa de Redução de Patógenos em aves (PRP). Para o Controle de Produtos de Origem Animal o índice de utilização da oferta (IUOAD) atingiu o percentual de 92,37% em razão da não utilização por parte dos clientes das demandas ofertadas para algumas classes de produtos, em especial os apícolas (7,69%), outros produtos (28,85%) e produtos lácteos (41,03%), como também as demandas de programas especiais que ficaram na faixa de 56,00% de utilização da capacidade. O índice de eficácia na realização da demanda sobre as amostras adequadas (IR) atingiu o percentual de 100,11% (a diferença de 0,11% deve-se a amostras excedentes de 2009) em razão das rejeições de amostras, cujos critérios de aceitação não foram alcançados, como as enviadas que excederam a capacidade operacional semanal (38,1%) e as que foram enviadas fora dos dias e horários pré-determinados (20,0%). Para o processo de Controle de Alimentos para Animais o índice de utilização da oferta (IUOAD) atingiu o percentual de 25,91% em razão da não utilização por parte do cliente da capacidade operacional ofertada. No entanto, verifica-se para esse processo que o índice de realização da demanda (IR) atingiu 100,00% pois não foi observado nenhum desvio nos critérios de aceitação nas amostras encaminhadas.

O SLAV-PR contempla as unidades de Análises de Microbiologia em Alimentos e Água (MICc), Análises Físicas-químicas de Alimentos de Origem Animal e Água (POAc) e Análises Físico-químicas de Bebidas e Vinagres (BEBc). O SIPOA/PR com relação ao Setor de Carneos não utilizou a capacidade oferecida de 360 amostras/ano. Enviaram 48 amostras/ano para a Unidade Microbiologia e 57 amostras/ano para Unidade Físico-química optando em mandar o restante para os laboratórios credenciados da Rede. Com relação ao Setor de Lácteos, Mel, Pescado, Água a capacidade oferecida que era de 270 amostras/ano foi ultrapassada, principalmente na Unidade de Microbiologia que recebeu 457 amostras/ano e a Unidade de Físico-química que recebeu 283 amostras/ano, quase compensando a capacidade disponível no Setor de Carneos. Além disso, o Setor de Dripping Test optou por enviar amostras para os laboratórios credenciados, até o momento em que este credenciamento foi suspenso, quando voltaram a encaminhar para o SLAV/PR no final do ano. Concluindo, a Unidade de Microbiologia ofereceu 630 amostras/ano e recebeu 505 amostras/ano em condições de análise, mais 32 amostras que foram rejeitadas por estarem inadequadas ou irregulares, sendo assim foi analisada 84,76% da capacidade operacional ofertada, IUOAD. A Unidade de Físico-química ofereceu 810 amostras/ano e recebeu 514 amostras/ano em condições de análise, 85 amostras que foram rejeitadas por estarem inadequadas, irregulares ou por ter equipamento em manutenção. Foi recebido e analisado 63,45 % da capacidade ofertada;

Para a Unidade de Controle de Vacinas Antirrábicas o índice de realização da demanda, correspondente a 96,34% para o período de 2010, não apresentou redução significativa em relação ao programado, tendo em vista que pela série histórica dos últimos 03 anos, registra-se uma tendência de redução em relação às partidas recebidas. Contudo, destaca-se que para esta redução, o fato é decorrente de ajustes em relação ao sistema de produção de um laboratório específico, perfil que predominou em 2010. O índice de utilização da oferta sobre demanda (IUOAD) ficou em 41,75%. Considera-se que o não envio de amostras em mais de dez testes ofertados refletiu na redução do referido indicador. Observa-se ainda que no período não houvesse atendimento a solicitações referente a ampliações do prazo de validade, conforme registrado significativamente no período de 2007 a 2008. Ressalta-se que é indispensável o planejamento adequado da produção e envio de

Indicador de Efetividade	
amostras de vacinas antirrábicas pelas empresas para um alinhamento de programação da Unidade.	
h. Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso	Responsável
As ações corretivas necessárias para a utilização da capacidade operacional ofertada pelo Lanagro-SP aos seus clientes têm sido praticadas através de reuniões com os setores técnicos competentes, visando adequar a demanda à capacidade operacional e também a conscientização dos clientes para redução do número de amostras rejeitadas. Foram programadas para 2010 reuniões com clientes nas áreas de: alimentos de origem animal; alimentação animal; fertilizantes, corretivos, substratos e afins; diagnóstico animal; controle de produtos veterinários; bebidas e vinagres e controle de sementes.	Dr. André de Oliveira Mendonça Coordenador Dra. Maria de Fátima Martins Pinhel Coordenadora Técnica

PARTE A – CONTEÚDO GERAL, ITEM 3, do ANEXO II da DN TCU 107/2010, de 27/10/2010.

3.1 Reconhecimento de passivos por Insuficiência de Créditos

Quadro A.3.1 – Reconhecimento de passivos por insuficiência e créditos ou recursos (não se aplica a esta UJ)

3.2 Análise crítica

PARTE A – CONTEÚDO GERAL, ITEM 4, do ANEXO II da DN TCU 107/2010, de 27/10/2010.

4.1 Pagamento e cancelamentos de Restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro A.4.1 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	175.691,00	-	146.541,32	29.149,68
2008	-	-	-	-
2007	-	-	-	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	4.321.754,28	-	4.314.963,80	6.790,30
2008	-	-	-	-
2007	-	-	-	-

Fonte: SPEO/DAD/Lanagro-SP

4.2 Análise crítica

Com relação aos restos a pagar processados as despesas foram liquidadas em dezembro de 2010 e pagas em janeiro de 2011. Estas despesas correspondem à liberação de vidrarias calibradas, num total de R\$ 28.474,70 e R\$ 674,98 de antissoro de salmonela. Com relação aos restos a pagar não processados, R\$ 6.242,90 referem-se às vidrarias entregues e não aprovadas que estão aguardando troca pelo fornecedor. Além disso, R\$ 547,40 referem-se à aquisição de material químico já liquidado e pago em 2011.

PARTE A – CONTEÚDO GERAL, ITEM 5, do ANEXO II da DN TCU 107/2010, de 27/10/2010.

5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

Quadro A.5.1 – Composição do Quadro de Recursos Humanos– Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	58	58	-	-
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2 Servidores de Carreira	58	58	-	-
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	58	58	-	-
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	-	-
1.4.1 Cedidos	-	-	-	-
1.4.2 Removidos	-	-	-	-
1.4.3 Licença remunerada	-	-	-	-
1.4.4 Licença não remunerada	-	-	-	-
2 Provimento de cargo em comissão	18	18	-	-
2.1 Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	8	8	-	-
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2.2.4 Sem vínculo	-	-	-	-
2.2.5 Aposentado	-	-	-	-
2.3 Funções gratificadas	10	10	-	-
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	10	10	-	-
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3 Total	58	58	-	-

Fonte: DAD/ Lanagro-SP

Quadro A.5.2 – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária – Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo	5	11	15	25	2
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	5	11	15	25	2
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença					
2. Provimento de cargo em comissão	-	3	5	10	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	1	2	5	-
2.3. Funções gratificadas	-	2	3	5	-

Fonte: DAD/Lanagro-SP

Quadro A.5.3 – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade – Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	-	3	13	22	5	8	7
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	3	13	22	5	8	7
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	3	9	1	5	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	1	5	-	2	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	2	4	1	3	-
Nível de Escolaridade: 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.									

Fonte: DAD/Lanagro-SP

Quadro A.5.4 – Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010 (Não se aplica a esta UJ)

Quadro A.5.5 – Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010 (Não se aplica a esta UJ)

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.5.6 – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior	6	6	6	6	*
•Área Fim	5	5	5	5	*
•Área Meio	1	1	1	1	*
Nível Médio	2	2	2	2	*
•Área Fim	1	1	1	1	*
•Área Meio	1	1	1	1	*

(*) Custo no exercício será informado oportunamente no Relatório de Gestão SFA/SP que gerencia o convênio CIEE-SFA/SP

Fonte: Lanagro-SP

5.4 Quadro de Custos de recursos humanos

Os dados que deveriam constar do Quadro A.5.7, a seguir, não foram informados ao Lanagro-SP pelo CGRH/MAPA e serão informados oportunamente em Relatório de Gestão da SFA/SP.

Quadro A.5.7 – Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010

Tipologias/ Exercícios	Vencimen- tos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdência- rios	Demais despesas variá- veis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	*	*	*	*	*	*	*	*
2009	*	*	*	*	*	*	*	*
2010	*	*	*	*	*	*	*	*
Servidores com Contratos Temporários								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	*	*	*	*	*	*	*	*
2009	*	*	*	*	*	*	*	*
2010	*	*	*	*	*	*	*	*
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	*	*	*	*	*	*	*	*
2009	*	*	*	*	*	*	*	*
2010	*	*	*	*	*	*	*	*

(*) Dados serão informados oportunamente em Relatório de Gestão da SFA/SP.

Fonte: DAD/Lanagro-SP

5.5 Contratos de Prestação de serviços com locação de mão-de-obra

Quadro A.5.8 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva.

Unidade Contratante													
Nome: Lanagro-SP													
UG/Gestão: 130102						CNPJ: 00396895/0047-08							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2007	L	O	Contrato no. 01/2007	GUIMA Conseco Construção, Serviços e Comercio Ltda (59.519.603/0001-47)	02/01/2011	01/01/2012	39	42(*)	-	-	-	-	P
2006	V	O	Contrato no. 18/2006	Treze Listas Segurança e Vigilância Ltda (62.874.094/0001-85)	12/06/2010	11/06/2011	-	-	18	18	-	-	P
Observação: (*) Existem 3 funcionários a mais para cobrir férias													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Nat.:Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													
Sit.: Situação do Contrato (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado													

Quadro A.5.9 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.

Unidade Contratante													
Nome: Lanagro-SP													
UG/Gestão: 130102					CNPJ: 00396895/0047-08								
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação do Contrato
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	1	O	Contrato no. 29/2008	RCA Produtos e Serviços Ltda (69.207.850/0001-61	02/10/2010	01/10/2011	-	-	3	3	-	-	P
2007	1	O	Contrato no. 35/2007	GUIMA Conseco Construção, Serviços e Comercio Ltda (59.519.603/0001-47)	01/08/2010	31/07/2011	-	-	10	11(*)	-	-	P
Observação: (*) Existe 1 funcionário a mais para cobrir férias.													
LEGENDA													
Área:													
1.Apoio Administrativo Técnico e Operacional;													
2.Manutenção e Conservação de Bens Imóveis													
3.Serviços de Copa e Cozinha;													
4.Manutenção e conservação de Bens Móveis;													
5.Serviços de Brigada de Incêndio;													
6.Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;													
7.Outras.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: SSO/CGAL/MAPA

Quadro A.5.10 – Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra.

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
22101/045/2008(*)	9	90	Lanagro- SP
Bolsista CNPq (*)	9	9	Lanagro-SP
(*) Contrato gerenciado pela CGAL/SSO/MAPA			
LEGENDA			
Área:			
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;			
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;			
3. Serviços de Copa e Cozinha;			
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;			
5. Serviços de Brigada de Incêndio;			
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;			
7. Higiene e Limpeza;			
8. Vigilância Ostensiva;			
9. Outras.			

Fonte: SSO/CGAL/MAPA

5.6. Indicadores Gerenciais sobre recursos humanos

A carência de recursos humanos é um dos pontos críticos que tem afetado praticamente todas as Unidades de Apoio e Finalísticas, retardando o desenvolvimento e validação de métodos, a implantação de novas atividades e sobrecarregando os atuais funcionários. Estima-se que seria necessário o incremento de aproximadamente 45 Fiscais Federais Agropecuários e 100 profissionais entre técnicos e auxiliares, para suprir a atual demanda do Lanagro-SP, isto sem considerar a substituição dos atuais funcionários terceirizados por servidores públicos concursados.

PARTE A – CONTEÚDO GERAL, ITEM 6, do ANEXO II da DN TCU 107/2010, de 27/10/2010.

6.1. Transferências efetuadas no exercício

6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2010

Quadro A.6.1 – Caracterização dos Instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência (Não se aplica a esta UJ)

6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferência celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

Quadro A.6.2 – Resumo dos Instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios (Não se aplica a esta UJ)

6.1.3 Quantidade de instrumentos de transferência celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

Quadro A.6.3 – Resumo dos Instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes (Não se aplica a esta UJ)

6.1.4 Informação sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse

Quadro A.6.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse (Não se aplica a esta UJ)

6.1.5 Informações sobre a análise das prestações de contas relativas de convênios e contratos de repasse

Quadro A.6.5 – Visão Geral da análise das prestações de contas relativas de convênios e contratos de repasse (Não se aplica a esta UJ)

Análise Crítica

(Não se aplica a esta UJ)

PARTE A – CONTEÚDO GERAL, ITEM 9, do ANEXO II da DN TCU 107/2010, de 27/10/2010.

7.1. Estrutura de Controles Internos da UJ

Quadro A.10.1 – Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a conseqüente adoção de medidas para mitigá-los.	X				
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais			X		

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
ressarcimentos.					
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Considerações gerais: No caso específico das atividades técnicas no âmbito laboratorial os controles internos são gerenciados pela Unidade de Gestão da Qualidade, que exerce suas atividades de controle com base na Norma ISO/IEC 17.025. Por esta razão, além do Coordenador e da Coordenadora Técnica, participou também do preenchimento desta avaliação o Responsável pela UGQ no Lanagro-SP. Cada um atribuiu pontuação em separado e no dia 23/02/2011 foi realizada reunião para discussão de cada item para que se chegasse a um consenso.					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação
<p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>	

PARTE A – CONTEÚDO GERAL, ITEM 10, do ANEXO II da DN TCU 107/2010, de 27/10/2010.

8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.10.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
<p>1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</p> <p><input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?</p> <p>Na licitação de produtos de limpeza e higienização alguns produtos só foram adquiridos de empresas cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo II da IN IBAMA nº 31, de 03/12/2009, só foi admitida oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, Inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.</p> <p>Também houve as seguintes recomendações:</p> <p>1- Nos termos do Decreto nº 2783, de 1998 e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das substâncias que destroem a camada de ozônio, quando abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente os cfcs, halons e triclouroetano, à exceção dos usos essenciais permitidos pelo Protocolo de Montreal, conforme artigo 1º, parágrafo único, do decreto nº 2.783, de 1998, e artigo 4º da resolução GUIMA Consecos Construção, Serviços e Comercio Ltda (59.519.603/0001-47) nº 267, de 14/11/2000.</p> <p>2- Só será admitida a oferta de detergente em pó, fabricado no país ou importado, cuja composição respeite os limites de concentração máxima de fósforo admitidos na resolução GUIMA Consecos Construção, Serviços e Comercio Ltda (59.519.603/0001-47) nº 359, de 29/04/2005, e legislação correlata.</p>		X			
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não		X			

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).					
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?		X			
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	X				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? - Somente papel reciclado		X			
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos. - Os produtos químicos em sua maioria passam por uma avaliação de aceitabilidade nos critérios de níveis de garantia,				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.		X			
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		X			
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? - Conscientização de consumo de energia elétrica com fixação de adesivos para apagar as luzes quando não estiver na sala em todas as tomadas elétricas da Base Física de Jundiá.		X			
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.		X			

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
<input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? - Foram promovidas algumas campanhas através de palestras, gincanas e comunicados para separação de resíduos, reciclagem, coleta de pilhas, etc. A UJ mantém contrato de coleta de resíduos químicos e criou a Comissão A3P para adequação do laboratório às normas ambientais.					
Considerações Gerais: Participaram do preenchimento desta avaliação a Responsável pela Divisão Administrativa, a Responsável pelo Setor de Compras e a Coordenadora Técnica no Lanagro-SP para que se chegasse a um consenso.					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

PARTE A – CONTEÚDO GERAL, ITEM 11, do ANEXO II da DN TCU 107/2010, de 27/10/2010.

9.1 Gestão de Bens e Imóveis de Uso Especial

Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF – São Paulo	1	1
	município - Campinas	1	1
	Subtotal Brasil	1	1
EXTERIOR	PAÍS	0	0
Total (Brasil + Exterior)		1	1

Fonte: DAD/ Lanagro-SP

Quadro A.11.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros (Não diz respeito ao imóvel utilizado pela UJ)

Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade do Lanagro-SP

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício		
				Valor Histórico (R\$)	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações	Total
130102	6291.00082.500-9	5	3	3.971.686,95	04-02-2011	3.980.542,17	12.736.745,70	41.967,96	12.778.713,66
Total							12.736.745,70	41.967,96	12.778.713,66

Legenda:

5-Regime de Cessão: Prefeitura e Estados

3-Estado de Conservação Bom

Fonte: SPOE/DAD/ Lanagro-SP

Análise Crítica

A Despesa com Manutenção do imóvel refere-se à Construção do Laboratório de Biossegurança (R\$12.634.495,68), iniciada no exercício. As despesas com Instalações referem-se à Elaboração do Projeto de Reforma da Portaria e Recepção de Amostras (R\$ 37.899,99) e à Reforma com Modernização da Lavanderia (R\$ 64.350,03).

PARTE A – CONTEÚDO GERAL, ITEM 12, do ANEXO II da DN TCU 107/2010, de 27/10/2010.

10.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

Quadro A.12.1 – Gestão de TI do Lanagro-SP

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.				X	
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	3				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					X
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					X
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.					X
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.					X
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	20%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					X
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X	
Considerações Gerais: Responsável pelas respostas Átila Kardec Alves - Responsável pela Gestão da Tecnologia da Informação - INF/DAD					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

PARTE A – CONTEÚDO GERAL, ITEM 13, do ANEXO II da DN TCU 107/2010, de 27/10/2010.

11.1 Despesas com Cartão de Crédito Cooperativo

Quadro A.13.1 - Despesa Com Cartão de Crédito Cooperativo por UG e por Portador

Valores em R\$
1,00

Código da UG:130102		Limite de Utilização da UG:R\$ 250.000,00			
Portador	CPF	Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Terezinha Barbosa da Silva	397.362.539-53	32.000,00	4.856,00	24.179,17	28.452,53
Lusia da Rocha Soares	096.750.768-52	3.400,00	3.203,00	0,00	2.771,95
Fátima Eloísa Castanheira Ferreira	026.538.658-66	16.500,00	3.787,00	11.755,51	15.093,07
Roberto Gonçalves Reis	020.833.878-05	2.000,00	0,00	575,21	575,21
Inês Aparecida Muniz da Silva	016.917.478-66	8.000,00	960,00	5.390,88	6.350,88
Ecilda Batista	317.955.289-15	6.500,00	550,00	4.154,32	4.704,32
Total utilizado pela UG			13.356,00	46.055,09	57.947,96

Fonte: SPEO/DAD/Lanagro-SP

Quadro A.13.2 – Despesa Com Cartão de Crédito Cooperativo (Série Histórica)

Valores em R\$
1,00

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	Valor (a)	Quantidade	Valor (b)	(a+b)
2008	(*)	6.877,00	150	22.651,17	29.528,17
2009	(*)	(*)	(*)	(*)	46.166,94
2010	97	13.356,00	55	46.055,09	57.947,96

(*) Informação não registrada

Fonte: SPEO/DAD/Lanagro-SP

PARTE A – CONTEÚDO GERAL, ITEM 14, do ANEXO II da DN TCU 107/2010, de 27/10/2010.

11.1 Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ

Quadro A.14.1 – Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ (Não se aplica a esta UJ)

11.2 Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida

Quadro A.14.2 – Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ (Não se aplica a esta UJ)

11.3 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídica e Física (Não se aplica a esta UJ)

11.4 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária – Pessoas Físicas e Jurídicas (Não se aplica a esta UJ)

11.5 Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária (Não se aplica a esta UJ)

11.6 Prestação de contas de Renúncias de Receitas (Não se aplica a esta UJ)

11.7 Comunicação à RFB (Não se aplica a esta UJ)

11.8 Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas (Não se aplica a esta UJ)

11.9 Declaração (Não se aplica a esta UJ)

11.10 Fiscalizações Realizadas pela RFB (Não se aplica a esta UJ)

PARTE A – CONTEÚDO GERAL, ITEM 15, do ANEXO II da DN TCU 107/2010, de 27/10/2010.

12.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício (Não houve deliberação do TCU em 2010)

Quadro 15.1. Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício (Não houve deliberação do TCU em 2010)

12.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício (Não houve deliberação do TCU em 2010)

Quadro 15.2. Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício (Não se aplica no exercício)

12.3 Deliberações do OCI atendidas no exercício (Não se aplica no exercício)

Quadro 15.3. Relatório de cumprimento das recomendações do OCI (Não se aplica no exercício)

12.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento no final do exercício (Não se aplica no exercício)

Quadro 15.4. Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício (Não se aplica no exercício)

PARTE B do ANEXO II da DN TCU 107/2010, de 27/10/2010 - Informações Contábeis da Gestão

13.1 Declaração Plena, com Ressalva ou Adversa.

Quadro B.1.1 - Declaração Plena do Contador (Não consta no exercício)

Quadro B.1.2 - Declaração Contador com Ressalva.

Declaração consta do Anexo – Quadro II

Quadro B.1.3 - Declaração Adversa do Contador (Não consta no exercício)

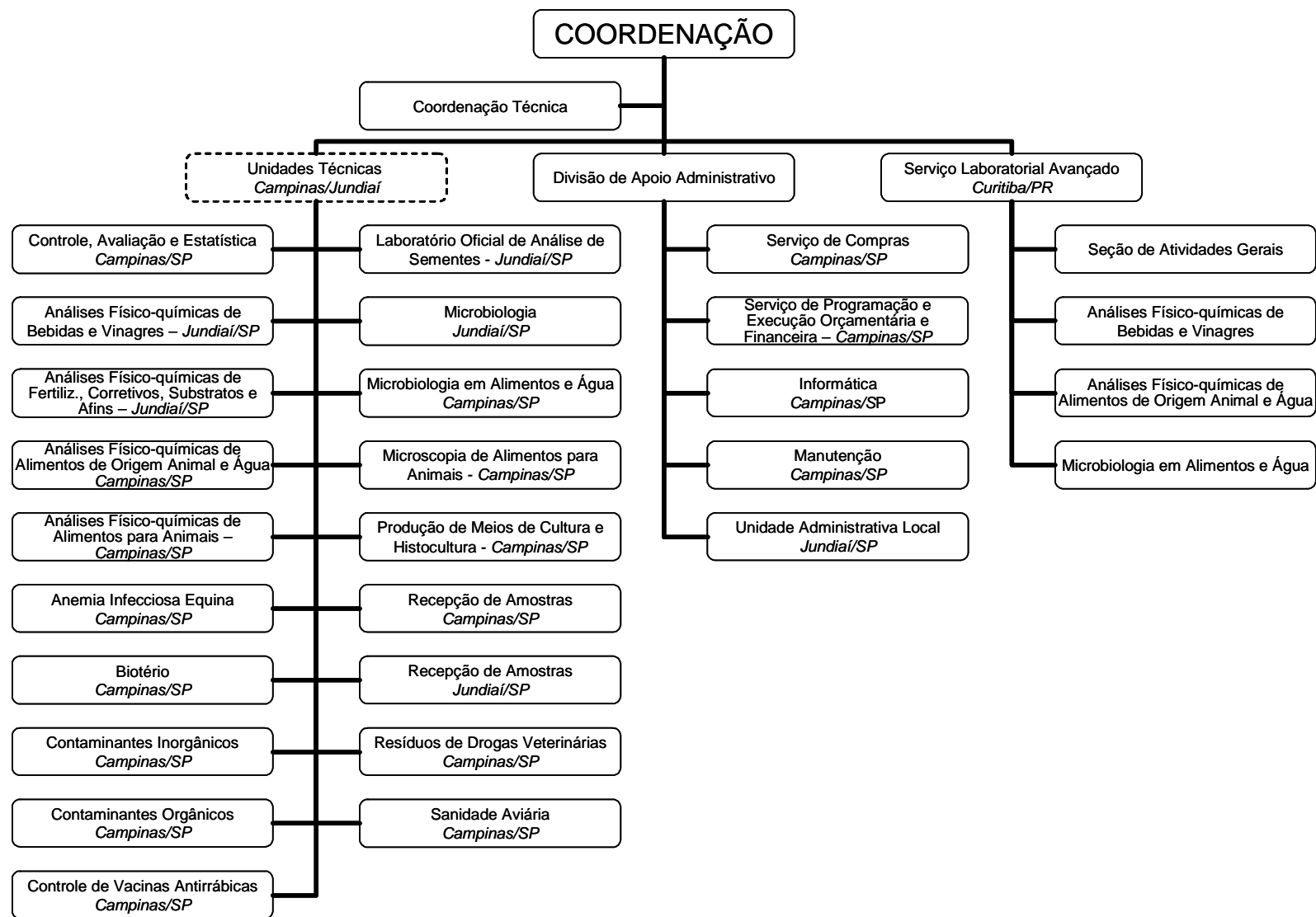
PARTE C . Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins (conforme item 1 do conteúdo geral B do Anexo II da DN TCU 107/2010) – Não se aplicam a esta UJ.

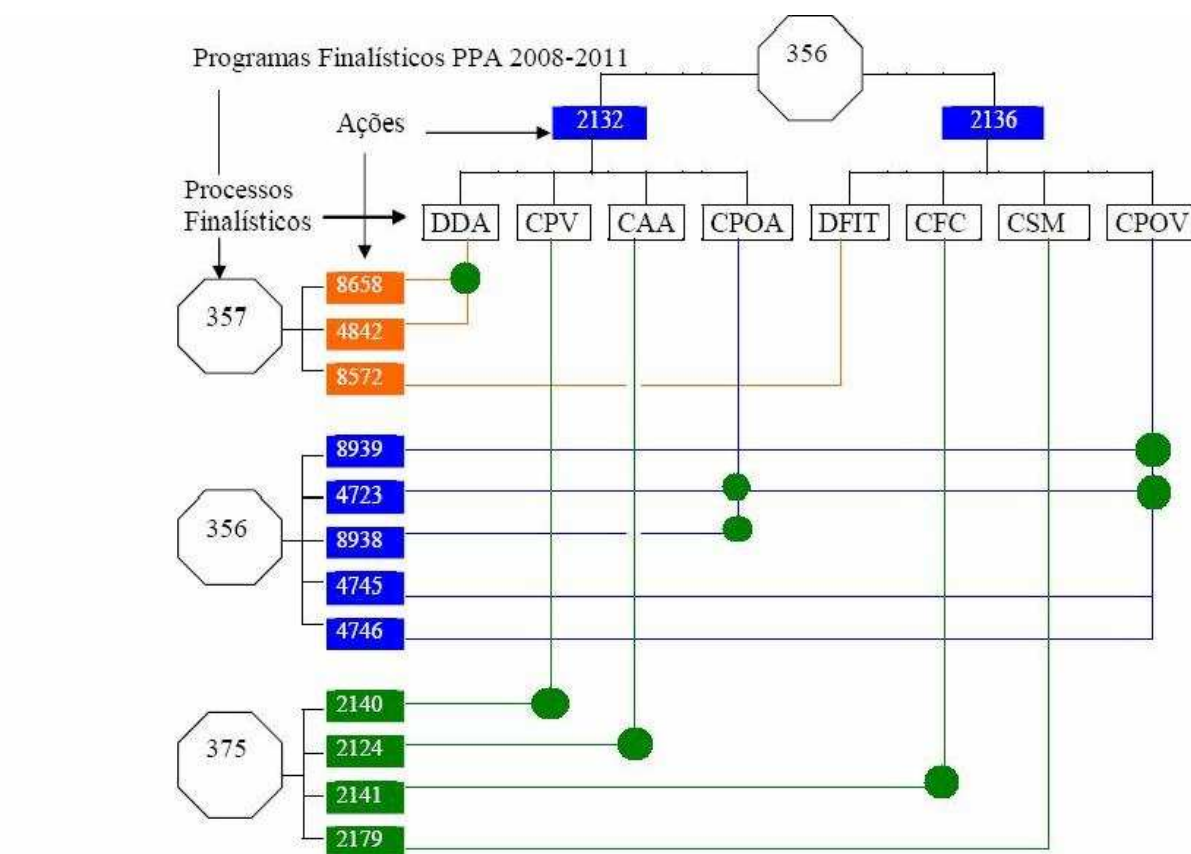
Campinas, 31 de março de 2011

André de Oliveira Mendonça
Coordenador

APÊNDICE

Figura A.1. Estrutura Organizacional do Lanagro-SP





Processos Finalísticos	
DFIT	Diagnóstico Fitossanitário
DDA	Diagnóstico das Doenças dos Animais
CPV	Controle de Produtos Veterinários
CPOA	Controle de Produtos de Origem Animal
CAA	Controle de alimentos para animais
CPOV	Controle de Produtos de Origem Vegetal
CFC	Controle de Fertilizantes, Corretivos e Correlatos

Programa Finalístico do PPA 2008-2011		Ações
0356	Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas	2132 Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Animal
		2136 Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Vegetal
		8938 Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal
		8939 Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal
		4723 Controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal e animal
		4745 Fiscalização das Atividades com Organismos geneticamente modificados
0357	Segurança da Sanidade na Agropecuária	4746 Padronização, classificação, fiscalização, e inspeção de produtos vegetais
		8658 Prevenção, Controle e erradicação de doenças dos animais
		4842 Erradicação da febre aftosa
0375	Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários	8572 Prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais
		2140 Fiscalização de Produtos de uso veterinário
		2124 Fiscalização de insumos destinados à alimentação animal
		2141 Fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes
		2179 Fiscalização de sementes e mudas


 Ações do Funcionamento do Sistema de Apoio Laboratorial Animal e Vegetal do Lanagro-SP X Processos Finalísticos X Ações do PPA 2008-2011.

Figura A.2. Interação entre as ações de Funcionamento do Sistema de Apoio Laboratorial Animal e Vegetal da Rede Lanagro, os seus Processos Finalísticos e as Ações do PPA 2008-2011.

Figura A.3. Processos finalísticos do Lanagro-SP e seus desdobramentos em subprocessos e atividades.

Processos finalísticos	Sub-processos	Atividades						
Diagnóstico de doenças aviárias		Diagnóstico						
		Sorológico		Viroológico		Bacteriológico		Molecular
	Virologia	X	X				X	
	Bacteriologia	X			X		X	
Controle de produtos veterinários	Controle de Vacinas Aviárias	Controle de vacinas vivas contra a Doença de Newcastle; Controle de vacinas vivas contra Bronquite Infecciosa das Aves; Controle de vacinas vivas contra Gumboro; Controle de vacinas vivas Combinadas; Controle de vacinas vivas Polivalentes e, Controle de vacinas vivas Complexadas						
	Controle de Vacinas anti-rábicas	Controle de vacinas inativadas para herbívoros Controle de vacinas inativadas para cães e gatos						
Controle de produtos de Origem Vegetal	Análises de Bebidas e Vinages	Matriz						
		Não alcoólicos	Fermentados Alcoólicos	Fermentados Acéticos	Destilados	Destilo-retificados	Alcoólicos por mistura	
	Microbiológicas	X						
	Físico-químicas	X	X	X	X	X	X	
Controle de insumos agropecuários	Análises de Fertilizantes e Correlatos	Matriz						
		Fertilizantes minerais		Fertilizantes orgânicos	Fertilizantes organo minerais		Corretivos	
	Análises Físicas	X				X		
	Análises Químicas	X	X	X	X			

(continua)

(continuação)

Processos finalísticos	Sub-processos	Atividades							
Controle de produtos de Origem Animal	Análises Microbiológicas	Análises de produtos cárneos, produtos lácteos, pescados e derivados, mel e derivados, ovos e derivados, água e outros							
	Análises Físico-químicas								
	Resíduos de drogas veterinárias e contaminantes	Pesquisa de Resíduos/Contaminantes		Matriz/Espécie					
				Bovinos	Suínos	Eqüinos	Pescado	Aves	Mel
		Contaminantes Orgânicos Organoclorados e PCBs		X		X		X	
		Contaminantes Inorgânicos	Chumbo, Cádmio, Arsênio	X	X	X		X	
			Mercurio				X		
		Substâncias Anabolizante	DES/Zeranol	X					
			Tireostáticos		X				
		Beta-agonistas	Ractopamina		X				
		Antimicribianos	Cloranfenicol						X
		Metabólitos de Nitrofuranos						X	
Controle de Alimentos para animais	Análise	Matriz							
		Rações		ingredientes	concentrados	sais minerais	alimentos	suplementos vitamínicos	
	Microbiológica	X		X			X	X	
	Físico-química	X		X	X	X	X	X	
	Por Microscopia	X			X			X	

Figura A.4. Resumo da Distribuição dos Recursos Financeiros Programados, Recebidos e Utilizados pelo Lanagro - SP, por Elemento de Despesa.

Elemento de Despesa	Recursos Recebidos (R\$ 1,00)	Recursos utilizados/liquidados em 2010 (R\$ 1,00)	IUT1 (%)	LANAGRO/SP			Outros LANAGROs (**)
				Proposta Orçamentária para 2010 (R\$ 1,00)	Recursos utilizados (R\$ 1,00)	IUT2 (%)	
339014 diárias	118.659,37	103.918,06	87,58	104.000,00	103.121,71	99,16	796,35
339030 consumo	3.887.139,88	3.158.800,31	81,26	4.963.454,27	3.157.703,53	63,62	1.096,78
339033 passagens e pedágios	90.439,47	72.403,78	80,06	100.000,00	68.450,64	68,45	3.953,14
339036 colaborador eventual	6.059,00	6.059,00	100,00	(*)	1.081,50	-	4.977,50
339037 contratos	2.202.942,12	2.104.402,27	95,53	2.202.942,12	2.104.402,27	95,53	-
339039 serviços de terceiros	2.883.064,70	2.636.043,86	91,43	3.239.074,17	2.348.983,05	72,52	287.060,81
339047 obrigações tributárias(IPTU)	3.192,14	3.192,14	100,00	4.000,00	3.192,14	79,80	-
339092 exercícios anteriores	51.158,19	51.158,19	100,00	(*)	51.158,19	-	-
339093 indenizações e restituições	11.446,55	11.370,94	99,34	(*)	11.308,74	-	62,20
339139 publicações	132.800,00	100.034,14	75,33	(*)	100.034,14	-	-
339147 contribuições e op. Intra-orçament	604,80	604,80	100,00	(*)	-	-	604,80
449051 obras e instalações	12.737.622,37	12.736.745,70	99,99	13.857.262,26	12.736.745,70	91,91	-
449052 material permanente	483.438,61	458.156,01	94,77	2.283.099,10	458.156,01	20,07	-
TOTAL	22.608.567,20	21.442.889,20	94,84	26.753.831,92	21.144.337,62	79,03	298.551,58

(*) Meta não estimada

(**) Recursos recebidos pelo LANAGRO/SP que atenderam os Elementos de Despesa de Outros LANAGROs

IUT1 = % de recursos utilizados relativamente aos recebidos;

IUT2 =% de recursos efetivamente utilizados pelo LANAGRO/SP relativamente ao estimado para 2010

Ação	u	Programado (y ₃)	Recebido (x ₁)	Rejeitado (x ₃)	Adequado (x ₁ - x ₃)	Recurso Financeiro		Indicador (1)				
						y ₁ =Proposta Orçamentária para 2009 (R\$ 1,00)	y =Recursos empenhados pelo Lanagro-SP (R\$ 1,00)	Eficácia (Realizado)	Efetividade		Eficiência	
								x ₂	IR (%)	IUOAD (%)	CUP (R\$ 1,00)	CUE (R\$1,00)
Apoio Animal	amostra	12.500	10.289	770	9.719	-	-	8.696	91,35%	82,31%	-	-
	ensaio	128.686	-	-	-	-	-	94.143	-	-	-	-
Apoio Vegetal	amostra	9.255	3.165	0	3.165	-	-	3.868	122,21%	34,20%	-	-
	ensaio	139.522	-	-	-	-	-	40.039	-	-	-	-
Lanagro-SP	amostra	21.755	13.454	770	12.884	R\$ 26.753.831,92	R\$ 21.144.337,62	12.564	99,05%	61,84%	R\$ 2.129,40	R\$ 1.682,93
	ensaio	268.208	-	-	-	R\$ 26.753.831,92	R\$ 21.144.337,62	134.182	-	-	R\$ 199,38	R\$ 157,58

Fonte: Lanagro-SP

(1) unidades de análise laboratorial = amostra ou ensaio;

$N_u AL = x_2$ -indicador de eficácia – no. de unidades de análise laboratorial realizadas;

$IR = x_2 / (x_1 - x_3) \times 100\%$ - Índice de Realização da Demanda;

$IUOAD = (x_1 / y_3) \times 100\%$ - Índice de Utilização da Oferta sobre a Demanda;

$CUP = y_1/x_2$ -Custo unitário programado; e,

$CUE = y/x_2$ -Custo unitário efetivo

Figura A.5. Memória de cálculo dos indicadores de desempenho – Eficácia ($N_u AL$), Efetividade (IR e $IUOAD$) e Eficiência (CUP e CUE)

Processo Finalístico/Campinas-SP		Unidade de análise laboratorial	Programado	Recebido	Rejeitado	Eficácia (Realizado)	IR	IUOAD
Diagnóstico de Doenças Aviárias		amostra	1.648	2.734	64	2.016	75,51%	165,91%
		ensaio	69.180			56.328		
Controle de Produtos de Origem Animal/Campinas-SP	Análises Físico-químicas	amostra	3.484	2.206	329	1.794	95,58%	63,32%
		ensaio	26.140			16.137		
	Análises Microbiológicas	amostra	2.214	2.045	155	1.892	100,11%	92,37%
		ensaio	5.166			6.467		
	Análise de resíduos de Contaminantes Inorganicos	amostra	720	634	78	558	100,36%	88,06%
		ensaio	1.712			1.592		
	Análise de resíduos de Contaminantes Organicos	amostra	240	217	17	183	91,50%	90,42%
		ensaio	5.040			3.843		
	Análise de resíduos de Drogas Veterinárias	amostra	192	164	1	149	91,41%	85,42%
		ensaio	432			377		
Controle de Alimentos para Animais	Análise por Microscopia	amostra	630	156	0	156	100,00%	24,76%
		ensaio	3.150			884		
	Determinação de Microelementos	amostra	126	8	0	0	0,00%	6,35%
		ensaio	504			0		
	Análises Físico-químicas	amostra	550	296	6	286	98,62%	53,82%
		ensaio	6.060			2.454		
	Análises Microbiológicas	amostra	328	85	0	85	100,00%	25,91%
		ensaio	328			93		
Controle de Produtos Veterinários	Vacinas Anti-rábicas	amostra	400	167	3	158	96,34%	41,75%
		ensaio	3.600			1.534		
	Vacinas contra Doenças Aviárias	amostra	528	444	0	400	90,09%	84,09%
		ensaio	264			235		
Total Animal-Campinas/SP		amostra	11.060	9.156	653	7.677	90,29%	82,79%
		ensaio	121.576			89.944		

Fonte: Lanagro-SP

x_1 =número total de amostras recebidas; $x_2 = NuAL$ (indicador de eficácia); x_3 = número total de amostras rejeitadas; $x_1 - x_3$ = número total de amostras adequadas; y_3 = capacidade operacional, em número de amostras; $IR = (x_2 / x_1) \times 100\%$ - Índice de Realização da Demanda; e, $IUOAD = (x_1 / y_3) \times 100\%$ - Índice de Utilização da Oferta sobre a Demanda

Figura A.6. Metas físicas programadas, recebidas e realizadas, por Processo finalístico, da Base Física Campinas/ Lanagro-SP.

Processo Finalístico/Base Física Jundiaí		Unidade de análise laboratorial	Programado	Recebido	Rejeitado	Eficácia (Realizado)	IR	IUOAD
Controle de Insumos Agropecuários	Análises Físico-químicas	amostra	245	122	0	68	55,74%	49,80%
		ensaio	932			343		
Controle de Produtos de Origem Vegetal	Análises Microbiológicas	amostra	350	6	0	6	100,00%	1,71%
		ensaio	490			6		
	Análises Físico-químicas	amostra	7.560	2.003	0	2.760	137,79%	26,49%
		ensaio	132.000			30.679		
Total Vegetal		amostra	8.155	2.131	0	2.834	132,99%	26,13%
		ensaio	133.422			31.028		
Processo Finalístico/SLAV-PR		Unidade de análise laboratorial	Programado	Recebido	Rejeitado	Eficácia (Realizado)	IR	IUOAD
Controle de Produtos de Origem Animal	Análises Microbiológicas	amostra	630	534	32	505	100,60%	84,76%
		ensaio	2.280			1.901		
	Análises Físico-químicas	amostra	810	599	85	514	100,00%	73,95%
		ensaio	4.830			2.298		
Total Animal-Curitiba/PR		amostra	1.440	1.133	117	1.019	100,30%	78,68%
		ensaio	7.110			4.199		
Controle de Produtos de Origem Vegetal	Análises Físico-químicas	amostra	1.000	870	0	870	100,00%	87,00%
		ensaio	6.000			8.781		146,35%
	Análises Microbiológicas	amostra	100	164	0	164	100,00%	164,00%
		ensaio	100			230		230,00%
Total Vegetal-Curitiba/PR		amostra	1.100	1.034	0	1.034	100,00%	94,00%
		ensaio	6.100			9.011		
Total SLAV - PR		amostra	2.540	2.167	117	2.053	100,15%	85,31%
		ensaio	13.210			13.210		

Fonte: Lanagro-SP

x_1 =número total de amostras recebidas; $x_2 = NuAL$ (indicador de eficácia); x_3 = número total de amostras rejeitadas; $x_1 - x_3$ = número total de amostras adequadas; y_3 = capacidade operacional, em número de amostras; $IR = (x_2 / x_1) \times 100\%$ - Índice de Realização da Demanda; e,
 $IUOAD = (x_1 / y_3) \times 100\%$ - Índice de Utilização da Oferta sobre a Demanda

Figura A.7. Metas físicas programadas, recebidas e realizadas, por Processo finalístico, da Base Física Jundiaí, SP e SLAV-PR /Lanagro-SP.

ANEXO



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAS

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que constam nos assentamentos funcionais dos servidores Alberto Jerônimo Pereira e José Calazans dos Santos, cópias de suas respectivas Declarações de Imposto de Renda, Ano-base 2009 Exercício 2010.

Brasília, 15 de fevereiro de 2011

Carlos Antonio Portugal de Assunção
Chefe de Divisão da CGAP

DECLARACAO/SLMBS
15/2/2011

Quadro II

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
LABORATORIO NACIONAL AGROPECUARIO/SP		130102	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) CONTA COM IMPROPRIEDADE: 142900000.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília, DF	Data	31 DE DEZEMBRO DE 2010.
Contador Responsável	Alberto Jeronimo Pereira	CRC n.º	006624/T – GO